

AES ELETROPAULO EMITE R\$ 750,0 MILHÕES EM DEBÊNTURES

Comentários do Sr. Rinaldo Pecchio - Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores

O mercado total na área de concessão da AES Eletropaulo apresentou redução 0,4% no 3T12X3T11, totalizando 11.357 GWh. Os clientes livres registraram decréscimo de 4,7%, contribuindo para a redução de 0,4% do mercado total. O mercado total foi afetado pela desaceleração da atividade industrial no país, pela queda nos dias de faturamento e migração de um cliente para a rede básica, excluindo esses efeitos o mercado total teria crescido 0,7% no trimestre.

Como resultado do Plano de Ação 2011/2012, o DEC e FEC dos últimos 12 meses encerrados em 30 de setembro apresentaram reduções significativas de 15,9% e 11,7%, respectivamente. Ambos os indicadores encerraram o trimestre abaixo do limite regulatório definido pela Aneel.

Mantendo sua busca contínua pela melhoria dos indicadores operacionais e consequente entrega aos clientes de um serviço da mais alta qualidade, a AES Eletropaulo investiu R\$ 224,9 milhões no 3T12, um crescimento de 9,8% em relação aos investimentos realizados no 3T11.

A Companhia está adequando suas despesas gerenciáveis aos novos patamares regulatórios e tomou algumas iniciativas que elevaram as despesas com PMSO no 3º trimestre, mas que trarão benefícios futuros aos resultados da Companhia. Essas iniciativas englobam (i) a reestruturação de pessoal e plano de incentivo a aposentadoria, responsáveis pela redução de 4,5% no quadro de funcionários em relação ao 2T12 e; (ii) despesas com reforma de imóveis associados à mudança para nova sede corporativa e reforma de bases operacionais, o que possibilitará a venda de imóveis, com valor de venda estimado em R\$ 239 milhões, até o final de 2013. Além disso, a Companhia espera um impacto positivo de aproximadamente R\$ 100 milhões no Ebitda em 2013, resultado da comparação do PMSO estimado ao PMSO de 2012 corrigido pela inflação, advindos de iniciativas do programa 'Criando Valor'.

A Companhia realizou, em outubro de 2012, a 15ª emissão de debêntures de R\$ 750 milhões. Os recursos serão utilizados para o pré-pagamento da 10ª e 12ª emissões de debêntures e CCB Citibank.

 Redução de 12,2% no DEC e de 10,3% no FEC	 Redução de 0,2 p.p. em perdas totais	 Investimentos de R\$ 224,9 milhões	 Recebimento de R\$ 75,5 milhões referentes à última parcela do acordo com a PMSP
---	--	--	--

R\$ milhões	3T11	3T12	Var (%)
Receita Líquida	2.556,7	2.458,6	-3,8%
Despesas Operacionais ¹	(1.706,1)	(2.106,5)	23,5%
EBITDA	641,8	108,4	-83,1%
Margem EBITDA	25,1%	4,4%	-82,4%
EBITDA ajustado ²	668,4	147,0	-78,0%
Margem EBITDA Ajustado	26,1%	6,0%	-77,1%
Lucro/Prejuízo Líquido	348,2	13,7	-96,1%
Margem Líquida	13,6%	0,6%	-95,9%
Patrimônio Líquido (PL)	3.510,0	3.683,8	5,0%
Investimentos (Capex)	204,8	224,9	9,8%

INDICADORES	3T11	3T12	Var (%)
Dívida Líquida ³ (R\$ milhões)	2.915,9	3.086,2	5,8%
Dívida Líquida / PL (vezes)	0,8 x	0,8 x	
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado ⁴ (vezes)	1,4 x	2,1 x	
EBITDA Ajustado/Desp. Fin. Consolidada (vezes)	-4,4 x	-3,1 x	

DADOS OPERACIONAIS	3T11	3T12	Var (%)
Mercado Cativo (GWh)	9.307,2	9.267,6	-0,4%
Tarifa Média (R\$/GWh) ⁵	298,1	291,6	-2,2%
Funcionários	5.625	5.584	-0,7%
Consumidor / Funcionários	1.119	1.148	2,6%

1 - Não inclui depreciação

2 - EBITDA ajustado pelas despesas com Fcosp e ativos e passivos regulatórios

3 - Não inclui Operações de Leasing Operacional, adicionadas a dívida contábil em função da Lei nº 11.638

4 - 12 meses

5 - Tarifa Média líquida (R\$/MWh)

São Paulo, 6 de novembro de 2012 - A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (BOVESPA: ELPL3 e ELPL4; ADRs: EPUMY) anunciou hoje os resultados referentes ao 3º trimestre de 2012 (3T12). As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto quando indicadas de outra forma, são apresentadas com base em números da Controladora e em milhares de reais, conforme a Legislação Societária.

Escala	Ratings	Fitch ¹	S&P ²	Moody's ³
Nacional		AA	AA+	Aa1
Internacional		BBB-	BB+	Baa3

Últimas atualizações:

1 - Fitch elevou o rating nacional e internacional da Cia. em 09/2011

2 - S&P elevou o rating nacional e internacional da Cia. em 02/2010

3 - Moody's elevou o rating nacional e internacional da Cia. em 03/2010

ELPL4: R\$ 16,40 (05/11/2012)

VALOR DE MERCADO: R\$ 2.744 milhões

VALOR DE MERCADO: US\$ 1.349 milhões

DESTAQUES 3T12

Operacionais

- ↑ Consumo total na área de concessão da AES Eletropaulo caiu 0,4% em comparação ao 3T11, totalizando 11.357 GWh.
- ↑ Percentual de perdas dos últimos 12 meses foi de 10,4% ante 10,6% no mesmo período do ano anterior, apresentando redução de 0,2 ponto percentual.
- ↑ DEC e FEC abaixo do limite regulatório da Aneel como resultado do Plano de Ação 2011-2012, redução de 15,9% no DEC (8,67 horas) e de 11,7% no FEC (4,79 vezes), em relação ao 3T11.
- ↑ Investimentos totalizaram R\$ 224,9 milhões no 3T12, o que representa um aumento de 9,8% quando comparado ao valor investido no mesmo período de 2011.

Financeiro

- ↓ Receita bruta totalizou R\$ 3.756,5 milhões no 3T12, queda de 4,6% (R\$ 180 milhões) em relação ao 3T11 já refletindo a revisão tarifária do 3º ciclo e queda no mercado total da Companhia.
- ↑ Ações tomadas pela Companhia visando ao ganho de eficiência e eventos não recorrentes impactaram as despesas com PMSO. Desconsiderando esses eventos e demais despesas não gerenciáveis pela Companhia, o PMSO teria aumentado 7,0%, abaixo do IGP-M do período que foi de 8,0%.
- ↑ Recebimento integral, no 3T12, da 4ª e última parcela do Acordo com a Prefeitura Municipal de São Paulo, no valor de R\$ 75,5 milhões, totalizando R\$ 344,2 milhões recebidos entre 2009 e 2012.
- ↓ Ebitda de R\$ 108,4 milhões com redução de 83,1%, e lucro líquido de R\$ 13,7 milhões, com redução de 96,1% ante o 3T11.

Dívida

- ↑ Reestruturação da dívida da companhia com flexibilização de *covenants*, alongamento de prazo médio de 6,6 para 7,2 anos e redução de custo médio de CDI +1,29% para CDI +1,27%.

Regulatórios

- ↓ Em 4 de julho de 2012, foi aplicado índice combinado de revisão tarifária (efeito econômico: -5,60%) e do reajuste tarifário (efeito econômico: + 4,45%), com efeito médio percebido pelo consumidor de -2,26%.
- ↔ Em 11 de setembro foi anunciado o Programa de Redução de Custos de Energia, através da Medida Provisória 579, que não afeta diretamente a Companhia, uma vez que a concessão foi outorgada após 1995.

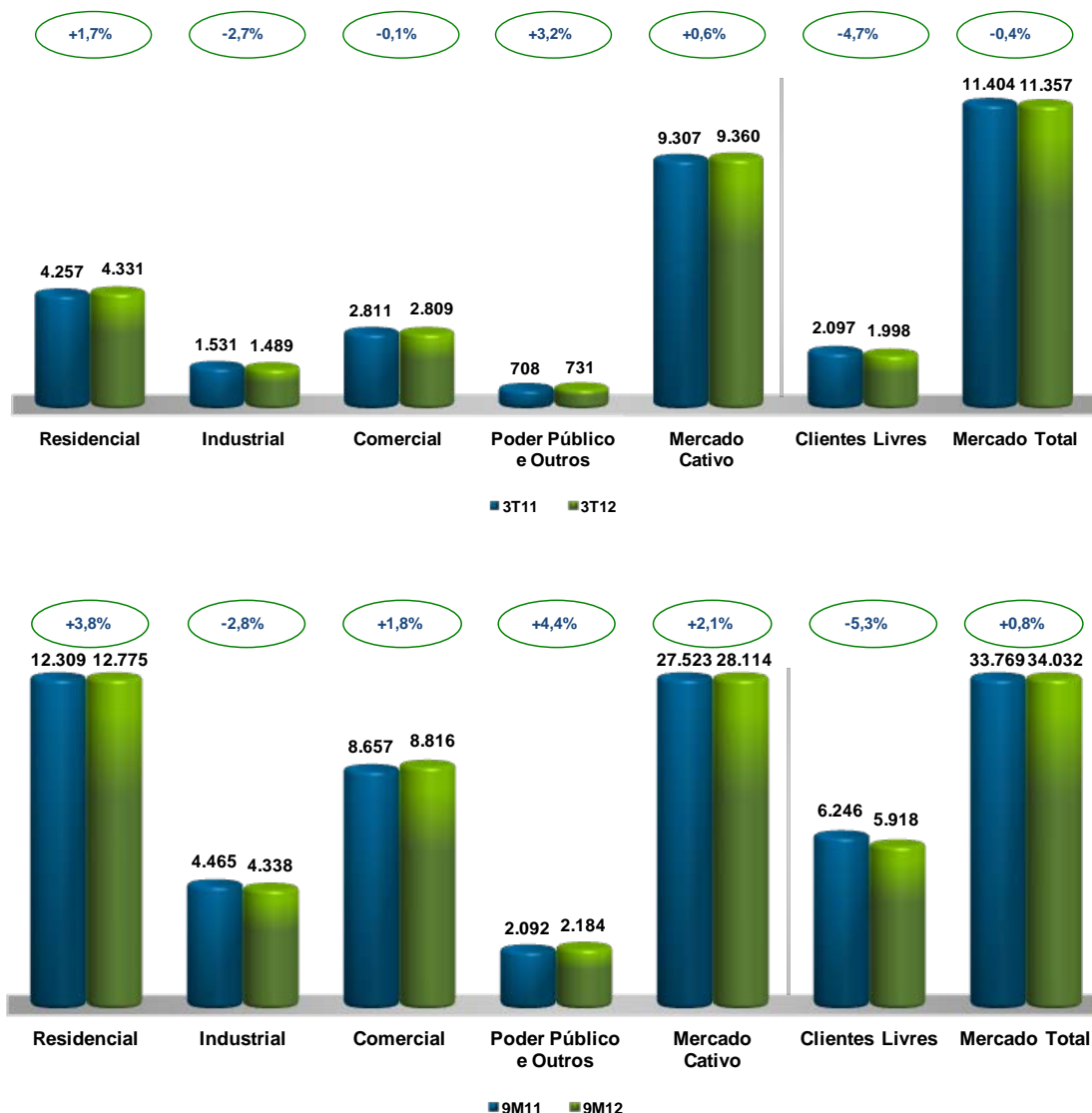
Reconhecimentos

- ↑ Em 2012, a AES Eletropaulo atingiu o melhor resultado da sua história no Ranking Nacional do Prêmio Abradee, avançou do 8º para o 5º lugar e foi a vencedora na categoria de Gestão Econômico-Financeira.
- ↑ Em setembro de 2012, a AES Eletropaulo recebeu o Prêmio Abrasca Criação de Valor, concedido às empresas que tiveram maior índice de criação de valor nos últimos 3 anos, levando em consideração a sustentabilidade nos resultados e excelência em controle de riscos, transparência e atuação socioambiental.

DESEMPENHO OPERACIONAL

CONSUMO

Comparação do Consumo* (GWh)



* Não considera consumo próprio

O mercado total da AES Eletropaulo encerrou o 3T12 com um volume de 11.357 GWh, apresentando uma redução de 0,4% em relação ao mesmo período de 2011, com impacto negativo de 0,8 dia de faturamento (-69 GWh). O destaque do trimestre foi o desempenho da classe residencial, que apresentou crescimento de 1,7%, em função da queda da taxa de desemprego e aumento da renda real na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) em 2012 em comparação a 2011. Já as classes industrial e comercial apresentaram queda de 2,7% e 0,1%, explicada pela diminuição da produção industrial e queda nos dias de faturamento, respectivamente. Além disso, em novembro de 2011, ocorreu a saída de um grande cliente para a rede básica, impactando o volume de energia de clientes livres em 140 GWh no 3T12. Desconsiderando o impacto de dias de faturamento e saída do cliente, o mercado total teria um crescimento de 1,6% no trimestre.

O mercado cativo, cuja participação no mercado total é de 82%, apresentou acréscimo de 0,6% em relação ao 3T11, totalizando 9.360 GWh no 3T12. Apesar do crescimento na classe residencial, o

mercado cativo foi negativamente impactado pela migração de 53 clientes para o ACL (Ambiente de Contratação Livre), sendo 43 clientes comerciais e 10 industriais, e por 0,8 dia a menos de faturamento. Desconsiderando o impacto de dias de faturamento e migração, o mercado cativo apresentaria um crescimento de 2,4% no trimestre.

No acumulado até setembro de 2012, o mercado total na área de concessão da Companhia apresentou crescimento de 0,8% em relação ao mesmo período de 2011. Esse desempenho foi impulsionado pelo acréscimo de 3,8% na classe residencial, em função do comportamento favorável dos indicadores de desemprego e renda, e pelo bom desempenho da classe comercial, que apresentou evolução de 1,8% principalmente em função do maior volume de vendas físicas no Estado de São Paulo nesse período. Além disso, foi registrado impacto positivo de 1,5 dia a mais de faturamento (+163 GWh) no período. Esses valores foram compensados pela saída do cliente livre para a rede básica conforme mencionado anteriormente, com impacto negativo de 397 GWh no volume de energia nos 9M12 comparado com os 9M11. Desconsiderando o impacto de dias de faturamento e saída do cliente livre para a rede básica, o mercado total teria crescimento de 1,6% nos 9M12.

Desempenho do mercado por classe de consumo

Residencial

No 3T12, o consumo da classe residencial foi de 4.331 GWh, um crescimento de 1,7% em relação ao 3T11. O consumo no trimestre foi influenciado por: (i) queda na taxa de desemprego de 6,3% no 3T11 para 6,0% no 3T12 e aumento de 4,6% da renda real na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) no 3T12, conforme Pesquisa Mensal de Emprego e Desemprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); (ii) incremento de 127 mil clientes nos últimos 12 meses encerrados em setembro de 2012; e (iii) 0,8 dia (-35 GWh) a menos de faturamento nos clientes de baixa tensão. Se fossem desconsiderados os efeitos do número de dias de faturamento, a classe residencial apresentaria um crescimento de 2,6% no 3T12 em relação ao 3T11.

No acumulado até setembro de 2012, a classe residencial apresentou crescimento de 3,8% devido ao incremento dos clientes acima mencionado, ao crescimento de 5,1% da renda real da RMSP no acumulado até setembro de 2012 e ao acréscimo de 1,4 dia de faturamento (+54 GWh). Desconsiderando o impacto de dias de faturamento, a classe teria crescimento de 3,3% no acumulado do ano.

Comercial

O total de energia distribuída para a classe comercial cativa foi de 2.809 GWh no 3T12, apresentando decréscimo de 0,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os fatores que influenciaram o desempenho da classe no trimestre foram: (i) redução de 0,8 dia (-19 GWh) de faturamento; e (ii) migração de 43 clientes para o ACL (-87 GWh); parcialmente compensados pelo (iii) crescimento do consumo, impulsionado pelo aumento no volume de vendas do comércio varejista no Estado de São Paulo¹, que cresceu 9,9% no acumulado até agosto/12 em relação ao mesmo período de 2011. Se fossem excluídos os impactos da migração ao ACL e dias de faturamento, a classe comercial teria crescido 3,8% no 3T12 em relação ao 3T11.

No acumulado até setembro de 2012, a classe comercial apresentou crescimento de 1,8% influenciado pelo: (i) incremento das vendas físicas conforme já mencionado; e (ii) impacto positivo de 1,5 dia a mais de faturamento (+59 GWh), parcialmente compensados pela (iii) migração de clientes ao ACL (-180 GWh). Desconsiderando o impacto de dias de faturamento e migração dos clientes ao ACL, a classe teria crescimento de 3,3% no acumulado ao ano.

Industrial

No 3T12, o consumo da classe industrial cativa apresentou queda de 2,7% em relação ao mesmo período de 2011, totalizando 1.489 GWh. A desaceleração da produção industrial, que se iniciou em

¹ Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE.

meados de 2011, resultou na queda do consumo dos grandes clientes do segmento industrial. Nos dois primeiros meses do 3T12, a atividade do setor industrial no Estado de São Paulo apresentou queda de 5,1%, segundo a Pesquisa Industrial Mensal do IBGE. O comportamento dessa classe também foi impactado por 0,8 dia a menos de faturamento no 3T12 (-12 GWh) e pela migração de clientes para o ACL (-11 GWh). Excluídos ambos os efeitos, a classe industrial teria apresentado decréscimo de 1,3% no 3T12.

Já no acumulado até setembro de 2012, a classe industrial cativa apresentou redução de 2,8% no consumo, devido principalmente à migração de clientes ao ACL (-48 GWh), que foi, em parte, compensada pelo efeito positivo de 1,5 dia a mais de faturamento (+32 GWh). Desconsiderando o impacto de dias de faturamento e migração ao mercado livre, a classe industrial teria apresentado redução de 2,5% no acumulado do ano, refletindo a queda de 5,6% na produção industrial no acumulado até ago/12 no Estado de São Paulo, segundo pesquisa do IBGE.

Poderes Públicos e Outros (clientes rurais, iluminação pública, poderes públicos, tração elétrica, água/esgoto)

O consumo cativo das demais classes foi de 731 GWh no 3T12, acréscimo de 3,2% em relação ao 3T11. Esse desempenho é explicado, principalmente, pelo maior consumo da classe de serviços públicos e do poder público, que cresceu 8,1% e 3,7%, respectivamente, no trimestre. Em relação aos dias de faturamento, a classe foi impactada negativamente por 0,8 dia a menos de faturamento no 3T12 em relação ao 3T11 (-4 GWh). Desconsiderando o efeito de dias de faturamento, as demais classes teriam crescido 3,7%.

No acumulado até setembro de 2012, o consumo das demais classes apresentou crescimento de 4,4% devido ao efeito positivo de 1,5 dia a mais de faturamento (+19 GWh) no período. Se fossem excluídos os impactos dos dias de faturamento, as demais classes teriam crescido 3,5% no acumulado do ano.

Clientes Livres

Nos últimos 12 meses, 128 unidades consumidoras migraram para o ACL e 1 unidade retornou para o ACR (Ambiente de Contratação Regulado). O efeito líquido dessa movimentação foi um acréscimo de 326 GWh no ACL e, conseqüentemente, a redução do mesmo volume no ACR.

Já no 3T12, 53 unidades consumidoras migraram para o ACL e nenhum cliente retornou para o ACR. Ao final do trimestre, havia 411 unidades consumidoras livres na área de concessão da AES Eletropaulo.

O mercado faturado dos clientes livres foi de 1.998 GWh no 3T12, decréscimo de 4,7% quando comparado ao mesmo período de 2011. Apesar da migração de clientes cativos ao mercado livre, cujo efeito no consumo é positivo, houve redução de consumo dos clientes em função da desaceleração da produção industrial, que se iniciou em meados de 2011 e fez com que o consumo dos grandes clientes do segmento industrial tenha se reduzido no acumulado até setembro de 2012. No acumulado até ago/12, o setor industrial no Estado de São Paulo apresentou queda de produção de 5,6% em comparação ao mesmo período de 2011, segundo a Pesquisa Industrial Mensal do IBGE. Além disso, ocorreu em novembro de 2011 a saída do primeiro cliente livre para a rede básica, impactando negativamente o 3T12 em 140 GWh em comparação ao 3T11. Esse cliente representava 1,1% da carga total da AES Eletropaulo. Excluindo os efeitos da migração ao ACL, do retorno ao ACR, e da saída do cliente para a rede básica, o consumo dos clientes livres teria uma queda de 2,2% no 3T12.

No acumulado até setembro de 2012, o mercado faturado dos clientes livres apresentou redução de 5,3% devido à queda de consumo dos clientes da classe industrial e, principalmente, devido ao impacto da saída de cliente para rede básica (-397 GWh). Desconsiderando o efeito da migração de clientes para o ACL, retorno de clientes para o ACR e a saída do cliente, o mercado de clientes livres teria registrado redução de 1,9%.

Cientes Livres	Período ⁴	número de unidades	GWh Faturado ³	Período ⁴	número de unidades	GWh Faturado no ano ³
Total de unidades	2T12	358	2.014	3T11	286	10.333
Saída para Rede Básica	3T12	0	-140	últimos 12 meses	-1	-440
Unidades Cortadas	3T12	0	-12	últimos 12 meses	-2	-40
Unidades Novas	3T12	0	0,7	últimos 12 meses	1	4,1
Migração para ACL ¹	3T12	53	34	últimos 12 meses	128	333
Retorno para o ACR ²	3T12	0	0	últimos 12 meses	-1	-7
Total de unidades	3T12	411	1.998	3T12	411	10.053

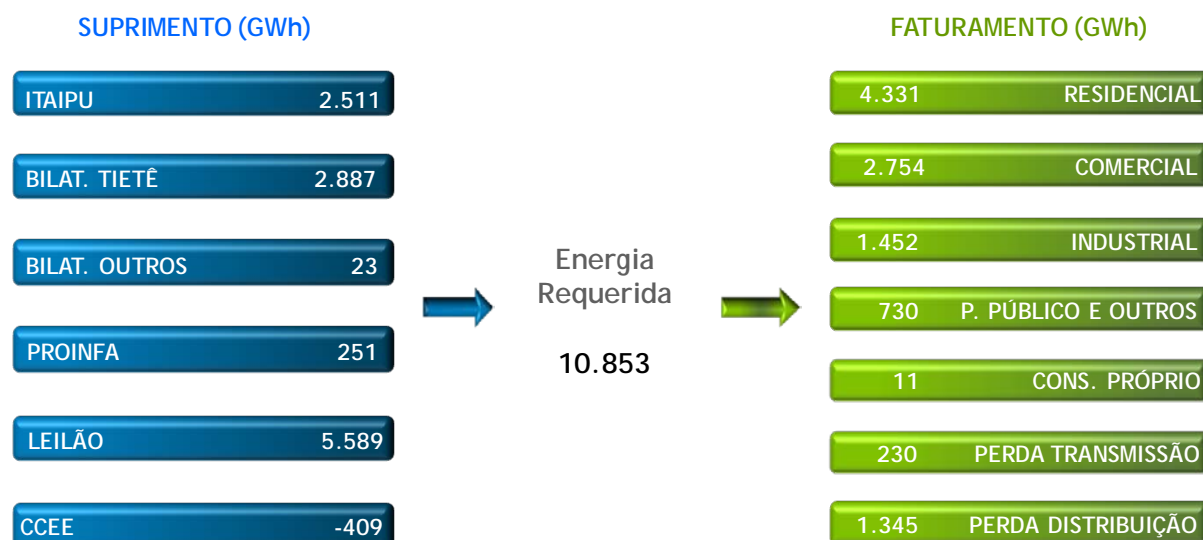
1 - ACL = Ambiente de Contratação Livre

2 - ACR = Ambiente de Contratação Regulado

3 - Energia faturada conforme relatório operacional OP5

4 - Último mês do período

BALANÇO ENERGÉTICO - 3T12



O balanço energético demonstrado acima reflete os números do fechamento do 3T12, informados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), em outubro de 2012. Já os números demonstrados nas notas explicativas que constam nas Demonstrações Financeiras refletem os valores estimados pela Companhia à época do fechamento contábil e que são ajustados nos meses subsequentes quando da disponibilização dos números finais pela CCEE.

O nível de contratação da Companhia é definido a partir do resultado dos contratos de compra firmados e da energia requerida para o consumo dos clientes cativos. A expectativa, de acordo com previsões internas, é que a Companhia encerre 2012 com nível de contratação de 102,1%. Mantendo-se no patamar de 100% a 103%, a Companhia evita exposições e penalidades, uma vez que está enquadrada dentro dos limites estabelecidos pelo regulador.

No 3T12, a AES Eletropaulo acumulou sobre de 408,8 GWh de energia que foi vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) a um preço médio de R\$ 125,22/MWh, gerando uma receita de R\$ 51,2 milhões.

INDICADORES DE PERFORMANCE

Perdas (%) - (últimos 12 meses)



¹ Em janeiro de 2012, a AES Eletropaulo aprimorou a metodologia de apuração das perdas técnicas. Como consequência, desse fato, as perdas técnicas mais precisamente calculadas situam-se em um patamar em torno de 6,1%. Como o percentual de perdas é calculado com base nos últimos 12 meses, o percentual de perdas técnicas do 3T12 é uma média dos percentuais de perdas calculadas nos últimos 12 meses que, para o 3T12, é 6,2%.

O percentual de perdas é a taxa obtida com a divisão da diferença entre a energia medida na fronteira e a energia faturada dos clientes (descontada do faturamento retroativo da cobrança das fraudes) pelo total do suprimento de energia medido na fronteira nos últimos 12 meses (50.526 GWh).

Com base nessa metodologia, as perdas totais apuradas nos últimos 12 meses foram de 10,4%, sendo divididas entre perdas técnicas (6,2%) e não técnicas (comerciais/administrativas) (4,2%). Em comparação ao mesmo período do ano anterior, as perdas totais apresentaram redução de 0,2 ponto percentual em função das ações da Companhia visando à redução da parcela não técnica. No entanto, a melhoria de performance das perdas não técnicas não é percebida no gráfico acima em função do recálculo das perdas técnicas realizado no mesmo período de análise, dado que as perdas não técnicas são apuradas pela diferença entre as perdas totais e as perdas técnicas. Excluindo o efeito da revisão das perdas técnicas do resultado atual, as perdas comerciais teriam apresentado redução de 0,2 p.p.

É oportuno destacar alguns fatores que estão aumentando o desafio de reduzir as perdas comerciais da Companhia, tais como: (i) mudança do cenário macroeconômico do País, principalmente nos indicadores relacionados à oferta de crédito e ao nível de endividamento da população, em que pese a manutenção do desemprego em níveis baixos; e (ii) mudança da legislação da Tarifa Social de Energia Elétrica, que alterou as condições e requisitos para concessão do benefício da tarifa subsidiada para o segmento de baixa renda e passou a gerar efeitos nessas comunidades a partir de dezembro de 2011. O impacto no valor da conta das famílias que perderam o subsídio é na ordem de 40%.

Em razão dessa mudança de cenário, a Companhia passou a priorizar suas ações de redução de perdas comerciais para os segmentos de baixa renda e iniciou, no último trimestre de 2011, um programa de mapeamento e cadastramento na Tarifa Social das famílias que possuem o perfil de renda previsto pela nova legislação.

Dentre as principais ações promovidas para a redução de perdas, incluindo os esforços com a população de baixa renda, destacam-se:

- (i) inspeções de fraude: no 3T12, foram realizadas 75,5 mil inspeções, que identificaram 15,5 mil irregularidades, enquanto no 3T11 foram realizadas 78,1 mil inspeções e encontradas 10,3 mil irregularidades. Diante disso, a taxa de assertividade do 3T12 foi

de 20,5% comparada a uma taxa de 13,2% no 3T11. Até o final de 2012, a Companhia planeja realizar 336 mil inspeções de fraude, 8,7% a mais do que em 2011 e direcionar 60 equipes de fraude existentes às inspeções nas comunidades de baixa renda;

- (ii) programa de recuperação de instalações cortadas: 18,8 mil instalações foram recuperadas no 3T12 ante 14,0 mil instalações no 3T11, um aumento de 34,3%. O objetivo deste programa é recuperar as instalações de clientes cortados por inadimplência e que, ao não efetuarem a quitação dos débitos pendentes, passam a consumir energia de forma irregular. Até o final de 2012, a Companhia planeja recuperar 62 mil instalações cortadas, número 20,6% acima ao de 2011;
- (iii) substituição de medidores obsoletos: no 3T12, foram substituídos 45,9 mil medidores obsoletos contra 49,7 mil medidores no 3T11. A Companhia planeja trocar 142 mil medidores obsoletos até o final de 2012, montante 27,3% menor em relação ao de 2011. Esta queda deve-se à redução do parque de medidores obsoletos. A substituição de medidores obsoletos por equipamentos mais modernos, que permitem maior precisão de calibração e leitura, contribui para reduzir as perdas de faturamento por baixa eficiência de leitura;
- (iv) regularização de ligações informais (clandestinas): no 3T12, foram regularizadas 15,9 mil ligações informais, contra 13,0 mil regularizações realizadas no 3T11, um aumento de 22,3%. Para 2012, a Companhia prevê regularizar mais 55 mil ligações clandestinas, 19,0% acima do que em 2011;
- (v) cadastramento de 369 mil famílias nos programas assistenciais oferecidos pelo governo de dezembro/11 a setembro/12. Até o final de 2012, outras 131 mil famílias deverão ser cadastradas, totalizando 500 mil famílias.

No 3T12, as iniciativas de combate a perdas acrescentaram ao mercado faturado 127,3 GWh de energia, ante os 152,2 GWh adicionados no 3T11, período que foi influenciado pela retirada do limitador de faturamento para os clientes de baixa renda recém regularizados. Esse montante está dividido da seguinte forma:

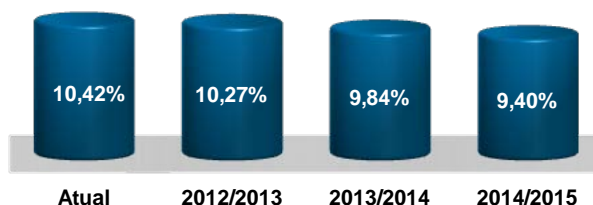
- (i) R\$ 13,4 milhões (52,8 GWh) no 3T12, em decorrência das inspeções de combate à fraude;
- (ii) R\$ 8,0 milhões (36,4 GWh) no 3T12, como resultado da regularização de ligações informais;
- (iii) R\$ 3,8 milhões (16,7 GWh) no 3T12, referentes à recuperação e retenção de clientes cortados;
- (iv) R\$ 4,8 milhões (21,4 GWh) no 3T12, em função da substituição de medidores obsoletos e de outras iniciativas de combate a perdas.

A Aneel redefiniu o referencial regulatório das perdas técnicas e não técnicas para o 3º Ciclo de Revisão Tarifária da Companhia. O índice regulatório para perdas técnicas é de 5,21%, referenciado ao mercado total da Companhia, para os quatro anos do ciclo e o índice para as perdas não técnicas, referenciada ao mercado de baixa tensão, é de 11,56% em julho de 2011 (ou 10,73% se referenciado ao mercado total) e evoluirá a 8,56% (ou 9,44% referenciado ao mercado total) ao final do ciclo tarifário.

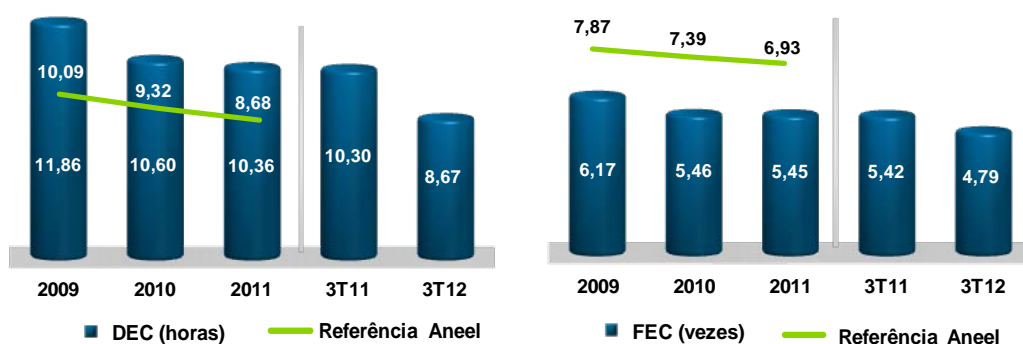
Quanto às perdas não técnicas, para ter um real elemento de comparação, é preciso que a referência seja substituída, ou seja, que se troque o mercado de baixa tensão (utilizado pela ANEEL) pelo mercado total da Concessionária (utilizado pela Concessionária).

Sendo assim, a proporcionalização deve ser feita referenciando-se as perdas totais da Companhia à energia injetada no sistema de distribuição a partir das fronteiras com a Rede Básica de transmissão. O indicador assim calculado foi, nos últimos 12 meses findos em 30 de setembro de 2012, de 10,42%, sendo que o referencial regulatório no mesmo período é de 10,64% (valor obtido a partir dos valores regulatórios de perdas técnicas e não técnicas referenciadas pela soma das metas regulatórias traduzidas em volume de energia). Traduzindo os referenciais regulatórios definidos pela Aneel para as perdas totais, a Companhia estima os seguintes valores para os próximos anos tarifários:

Trajatória de perdas totais



DEC e FEC - (últimos 12 meses)



DEC Referência Aneel para 2012: 8,67 horas

FEC Referência Aneel para 2012: 6,87 vezes

Os critérios de cálculo das medidas de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e de Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC), definidos pela Aneel, consideram as interrupções acima de três minutos e, desse resultado, são expurgados os dias com volume atípico de ocorrências.

Em 30 de setembro de 2012, os índices DEC e FEC dos últimos 12 meses registrados pela AES Eletropaulo foram de 8,67 horas e 4,79 vezes, respectivamente; ambos abaixo do limite regulatório definido pela Aneel. Nos últimos 12 meses encerrados em setembro de 2012, o índice DEC apresentou uma queda de 15,9% e o índice FEC apresentou uma redução de 11,7% no FEC em comparação ao mesmo período de 2011. Já no acumulado de 2012, o DEC e o FEC da Companhia apresentaram reduções mais acentuadas, de 21,7% e 16,4%, respectivamente.

O bom desempenho dos indicadores de qualidade é resultado do Plano de Ação 2011-2012 que considera ações de manutenção, poda, construção e reforma das redes de distribuição além do aumento de turmas de eletricitas para atendimentos de emergência e melhorias no atendimento aos clientes. Visando à melhoria da qualidade dos serviços prestados e à redução dos indicadores de qualidade, a Companhia vem intensificando, desde o 2º semestre de 2010 a realização de algumas ações, com destaque para:

- (i) instalação de religadores automáticos na rede de distribuição: no 3T12, foram instalados 551 equipamentos. Desde outubro de 2010, a Companhia instalou 2.606 religadores automáticos em sua rede de distribuição. Tal equipamento, ao religar automaticamente a rede elétrica após um curto circuito, reduz sensivelmente os tempos de interrupção e a necessidade de deslocamento de turmas para a identificação de defeitos. Entre outubro de 2010 e o final de 2012, terão sido instalados 3 mil religadores;
- (ii) podas intensivas de árvores: no 3T12, a Companhia podou 73,0 mil árvores. Nos 9M12, a Companhia já podou 188 mil árvores, quantidade em linha com o programado para o total do ano que é de 255 mil árvores;

- (iii) instalação de seccionalizadores automáticos: estes equipamentos atuam em conjunto com os religadores automáticos na prevenção de interrupções e na identificação de problemas na rede por meio do isolamento de curto-circuito, reduzindo a área afetada pela interrupção de energia. Desde o início do projeto até setembro de 2012 foram instalados 5,1 mil seccionalizadores na rede. A Companhia planeja instalar mais 4,9 mil equipamentos no segundo semestre de 2012, totalizando 10 mil seccionalizadores em toda a rede de distribuição da Companhia.

No 3T12, as penalidades pagas pela Companhia aos seus clientes por transgressões dos indicadores de DIC, FIC e DMIC totalizaram R\$ 4,2 milhões, valor 33,4% inferior em relação aos R\$ 6,3 milhões do 3T11. A queda do valor das transgressões reflete a intensificação das ações voltadas para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela Companhia.

REGULATÓRIO - 3T12

Medida Provisória 579 e Decreto Lei 7.805

Com objetivo de estimular a economia do país, em 11 de setembro de 2012, o governo federal anunciou cortes nos custos de energia para consumidores residenciais e industriais através da Medida Provisória 579 ("MP 579"). Em 14 de setembro de 2012, o Decreto-Lei 7.805 foi emitido, definindo alguns dos procedimentos operacionais para a implementação do que havia sido estabelecido na MP 579.

O programa visa reduzir as tarifas em 20,2%, em média (16,2% para residenciais e de 19,7% a 28,0% para os consumidores industriais) a partir de fevereiro de 2013 e baseia-se em dois pontos principais:

- (i) redução dos encargos setoriais (RGR, CCC e CDE), que contribuirá para a redução das tarifas finais em 7,0%;
- (ii) definição de novas condições para a renovação de contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição, com datas de vencimento entre 2015 e 2017, com um impacto médio de 13,2% nas tarifas finais.

Importante ressaltar que a concessão da AES Eletropaulo expira apenas em 2028 e as novas regras de renovação de concessões de distribuição ainda não foram definidas e, quando definidas, não serão extensivas à AES Eletropaulo antes do término do contrato de concessão. Além disso, a redução da tarifa em função da MP 579 não trará impactos relevantes para a Companhia, tendo em vista que as alterações afetarão o custo de compra de energia e encargos setoriais que são totalmente repassados ao consumidor por meio da tarifa.

Entre as mudanças, podemos mencionar o fato de a medida provisória transferir os riscos hidrológicos das usinas, que deixarão de ser das geradoras e passarão para as distribuidoras com repasse para a tarifa. Por outro lado, o risco cambial envolvendo a compra de energia da usina de Itaipu não será mais de responsabilidade das distribuidoras e sim da Eletrobrás, com mecanismo ainda a ser definido pela ANEEL.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL BRUTA

A receita operacional bruta da AES Eletropaulo totalizou R\$ 3.756,5 milhões no 3T12, comparada à receita de R\$ 3.936,8 no 3T11, montante R\$ 180,3 milhões ou 4,6% inferior em comparação ao mesmo período do ano passado. Esta variação é explicada principalmente pela redução de 2,7% (R\$ 93,7 milhões) na receita total de fornecimento e queda de 18,0% (R\$ 86,6 milhões) na rubrica de outras receitas.

A queda de 2,7% na receita de fornecimento é resultado da:

- (i) aplicação, em 4 de julho de 2012, do índice combinado da revisão tarifária e do reajuste tarifário;
- (ii) 0,8 dia a menos de faturamento;
- (iii) decréscimo de 2,7% na classe industrial, devido a desaceleração da produção industrial que se iniciou em meados de 2011, parcialmente compensado pelo aumento de 1,7% na classe residencial.

Já a redução de 18,0% na linha de outras receitas pode ser explicada pela combinação dos seguintes fatores:

- (i) resultado R\$ 46,1 milhões menor em PIS/COFINS consumidor, influenciado pela diferença entre os períodos de faturamento e recolhimento de consumidores;
- (ii) redução de R\$ 33,9 milhões na receita de TUSD, explicada pelo consumo 4,7% menor dos clientes livres no período;
- (iii) redução de R\$ 27,1 milhões relacionado à reversão para obrigações especiais das receitas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativo auferidas no período;
- (iv) queda de R\$ 16,4 milhões nas receitas não faturadas devido às variações nas escalas de faturamento entre os períodos.

Parcialmente compensados pelo:

- (v) aumento de R\$ 24,8 milhões na receita com energia no curto prazo, que é explicada pela diferença dos preços e volumes médios de energia excedente vendida no mercado de curto prazo entre os períodos;
- (vi) variação positiva de R\$ 18,5 milhões relacionada ao reconhecimento da receita de construção com contrapartida no custo e, portanto sem impacto no resultado da Companhia.

Na comparação dos 9M12 com o mesmo período de 2011, a receita operacional bruta apresentou crescimento de 0,2%, totalizando R\$ 11.429,0 milhões. Esse comportamento é explicado pelo crescimento de 1,8% do mercado cativo na área de concessão da Companhia, que compensou a queda de 9,0% registrada na linha de outras receitas no mesmo período de comparação.

DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

As deduções representaram 34,6% da receita operacional bruta no 3T12, totalizando R\$ 1.297,9 milhões, uma queda de 6,0% ou R\$ 82,2 milhões em relação ao montante registrado no mesmo período de 2012.

Esse desempenho é explicado pela:

- (i) decréscimo de R\$ 46,6 milhões nos encargos de Conta de Consumo de Combustível (CCC), refletindo os valores despachados pela Aneel na Resolução 1.319, que definiu nova quota para compensação de CCC entre agosto de 2012 e julho de 2013 no valor de R\$ 28,7 milhões mensais;

- (ii) redução de R\$ 33,5 milhões nos encargos tributários incidentes sobre a receita de fornecimento (ICMS, PIS, COFINS, ISS), decorrente da queda do faturamento entre os períodos;
- (iii) redução de R\$ 14,5 milhões no encargo de Reserva Global de Reversão (RGR) refletindo os novos valores despachados pela Aneel na Resolução 2.929.

No acumulado do ano, as deduções apresentaram crescimento de 0,4%, totalizando R\$ 4.046,4 milhões, R\$ 14,8 milhões acima das auferidas no mesmo período de 2011. Essa evolução é explicada pelo aumento do faturamento entre os períodos, o que gerou uma maior dedução de ICMS por classe de consumo.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

No 3T12, a receita operacional líquida da AES Eletropaulo totalizou R\$ 2.458,6 milhões, montante 3,8% inferior ao registrado no 3T11. A variação é explicada principalmente pela (i) aplicação dos índices de revisão e reajuste tarifários em 4 de julho de 2012; e (ii) redução no PIS/COFINS consumidor e (iii) menor consumo dos cliente livres.

Já no acumulado do ano, a receita operacional líquida foi 0,2% superior na comparação com o mesmo período de 2011, totalizando R\$ 7.382,6 milhões. Esse comportamento é decorrente do crescimento na receita de fornecimento, principalmente devido ao maior consumo dos clientes residenciais e comerciais, que compensou o aumento de tributos e encargos no mesmo período.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais da AES Eletropaulo atingiram R\$ 2.106,5 milhões no 3T12, um crescimento de 23,5% em relação ao mesmo período de 2011. Enquanto nos 9M12, as despesas operacionais apresentaram crescimento de 18,7% em comparação aos 9M11, totalizando R\$ 6.068,1 milhões. As principais variações estão detalhadas a seguir:

Despesas Operacionais - em R\$ milhões*	3T11	3T12	9M11	9M12	Var (%) 3T12 x 3T11	Var (%) 9M12 x 9M11
Parcela A	1.519,9	1.748,8	4.219,7	4.935,6	15,1%	17,0%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.177,7	1.371,9	3.322,4	3.903,2	16,5%	17,5%
Transmissão	342,2	376,9	897,3	1.032,3	10,1%	15,1%
PMSO	186,2	357,7	893,1	1.132,6	92,1%	26,8%
Pessoal	168,6	226,2	475,2	600,4	34,1%	26,4%
Materiais	11,3	17,0	36,0	43,7	50,3%	21,3%
Serviços de Terceiros	107,0	117,8	331,7	350,0	10,0%	5,5%
Outros	(100,8)	(3,2)	50,1	138,5	-96,8%	176,2%
Total	1.706,1	2.106,5	5.112,8	6.068,1	23,5%	18,7%

* Não inclui depreciação

Parcela A

De acordo com a metodologia de revisão tarifária, as despesas classificadas como "Parcela A" são repassadas para a tarifa. Com a adoção do IFRS, o resultado da Companhia não reflete mais os diferimentos da Conta de Compensação dos Itens da Parcela A - CVA. No entanto, a apuração da CVA continua sendo realizada para atender às exigências da Aneel, permanecendo inalterado o controle da CVA de acordo com a metodologia de cálculo da "Parcela A". Mais detalhes podem ser consultados na página 23 e nas Notas Explicativas n.º 34 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda

No 3T12, a despesa com compra de energia elétrica apresentou crescimento de 16,5% em comparação ao mesmo período de 2011, totalizando R\$ 1.371,9 milhões. Essa variação é resultado do:

- (i) efeito combinado do crescimento de 15,3% do preço médio da energia comprada e da ligeira redução de 0,1% no volume de compra de energia (10.853 GWh no 3T12 versus 10.864 GWh no 3T11), influenciados pelos seguintes fatores:
 - a. Leilões: crescimento de R\$ 164,5 milhões, resultado do aumento do volume comprado em 4,6% e do acréscimo de 27,9% do preço médio, em função do suprimento de energia comprada no 5º leilão de energia térmica de 2007, com entrega iniciada no 2T12, e do aumento de despacho de térmicas durante o 3T12;
 - b. Itaipu: acréscimo de R\$ 49,2 milhões, em função da redução de 0,4% do volume de energia adquirido e do aumento de 22,7% do preço médio, reflexo da maior cotação do dólar na comparação entre os períodos e;
 - c. AES Tietê: aumento de R\$ 5,0 milhões, devido à redução de 4,1% do volume adquirido e do reajuste de 5,14% no preço do contrato bilateral, ocorrido em julho de 2012.

A Companhia apresentou no 3T12 uma despesa com compra de energia para revenda R\$ 35,1 milhões acima dos valores homologados em sua tarifa, principalmente em função de energia comprada através de leilões regulados. Esse montante será compensado a partir do próximo reajuste tarifário. Maiores detalhes constam na página 23.

A despesa com compra de energia elétrica nos 9M12 apresentou crescimento de 17,5% em comparação ao mesmo período de 2011. Esse desempenho deve-se ao: (i) acréscimo de R\$ 334,9 milhões com aquisição de energia em leilões; (ii) aumento de R\$ 185,4 milhões com compra de energia da AES Tietê e; (iii) crescimento de R\$ 113,7 milhões de energia advinda de Itaipu.

Tarifa Média de Energia Comprada por Fonte - (R\$/MWh)	3T11	3T12	9M11	9M12	Part. % 3T11	Part. % 3T12	Part. % 9M11	Part. % 9M12
AES TIETÊ	173,2	182,4	164,9	176,6	28,0%	26,7%	25,2%	25,9%
ITAIPU	88,5	108,6	87,6	103,3	23,4%	23,2%	23,3%	23,1%
LEILÃO	94,1	120,3	90,7	111,6	47,8%	49,8%	51,0%	50,9%
OUTROS CONTRATOS BILATERAIS	176,9	176,9	174,6	172,6	0,8%	0,2%	0,5%	0,2%
Tarifa (R\$/MWh)	115,6	134,3	131,7	127,0	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Despesa com Encargos do Uso da Rede Elétrica e de Transmissão

No 3T12, as despesas com encargos do uso da rede elétrica e de transmissão totalizaram R\$ 376,9 milhões, um crescimento de 10,1% em comparação ao 3T11. Esse acréscimo é explicado pelo aumento de R\$ 19,4 milhões com encargos de Rede Básica e do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e de R\$ 19,7 milhões dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS), determinados pela Aneel para o período.

No 3T12, as despesas com encargos do uso da rede elétrica e de transmissão da Companhia foram R\$ 33,9 milhões acima dos valores homologados em sua tarifa, em função dos valores homologados pela Aneel. Esse montante será compensado a partir do próximo reajuste tarifário. Maiores detalhes constam na página 23.

Já nos 9M12, as despesas com encargos do uso da rede elétrica e de transmissão apresentaram crescimento de 15,1% em comparação aos 9M11, em função do aumento de R\$ 116,3 milhões com encargos de Rede Básica e do ONS e de R\$ 22,2 milhões com os Encargos do Serviço do Sistema (ESS).

PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros)

Os itens de PMSO controláveis pela Companhia variaram 7,0% no 3T12 comparado com o 3T11, totalizando R\$ 296,0 milhões, abaixo do IGP-M de 8,0% no mesmo período. Essa variação é explicada pela combinação dos seguintes fatores:

- (i) reajuste de salários, benefícios e encargos relacionado ao acordo coletivo de junho de 2012 (R\$ 10,9 milhões); e
- (ii) despesas com manutenção de frotas de automóveis (R\$ 6,8 milhões).

Com a adição das despesas com entidade de previdência privada, eventos não recorrentes ocorridos no 3T11 e 3T12, além dos gastos com iniciativas que visam a ganhos no controle de custos e aumento da eficiência e da receita, as despesas com PMSO somam R\$ 357,7 milhões, um aumento de 92,1% em comparação ao 3T11. Esses fatores são explicados abaixo:

- (i) impacto não recorrente no 3T11 referente às reversões de provisões trabalhistas e tributárias no valor de R\$ 73,2 milhões;
- (ii) aumento não recorrente de R\$ 26,5 milhões devido às iniciativas como a reestruturação de pessoal abrangendo 269 pessoas e plano de incentivo a aposentadoria, aderido por 77 pessoas. Apesar de elevar momentaneamente as despesas com PMSO, essas medidas fazem parte da estratégia da Companhia para redução de custos gerenciáveis, trazendo ganhos de eficiência no futuro. Dessa forma, são esperados benefícios de aproximadamente R\$ 23 milhões a partir de 2013;
- (iii) mudança do critério de contabilização da PCLD no 3T11, que gerou uma reversão de R\$ 17,2 milhões no período. Maiores detalhes na página 17;
- (iv) aumento não recorrente no valor de R\$ 12,6 milhões referente à provisão dos investimentos em iluminação pública acordados com a PMSP. Esse valor deverá ser revertido no 4T12, após o recebimento do Termo de Aceite, que já está em processo de formalização;
- (v) acréscimo de R\$ 12,4 milhões em despesas com entidade de previdência privada, em função do cálculo atuarial realizado no final de 2011;
- (vi) gastos não recorrentes com a centralização das atividades da Companhia na nova sede corporativa e desativação e reformas de suas bases operacionais, visando um ganho de sinergia e redução das despesas gerenciáveis, no valor de R\$ 7,9 milhões e venda de imóveis em valor estimado em R\$ 239 milhões;
- (vii) elevação não recorrente referente à melhorias implantadas no sistema CCS para atendimento de resolução da Aneel no valor de R\$ 2,3 milhões.

O quadro abaixo demonstra como seria a evolução do PMSO sem os efeitos listados acima.

PMSO - Efeitos não recorrentes (em R\$ milhões)	3T11	3T12	9M11	9M12	Var (%) 3T12 x 3T11	Var (%) 9M12 x 9M11
PMSO	186,2	357,7	893,1	1.132,6	92,1%	26,8%
Reversão de provisões para contingências	73,2		73,2	45,8		
Mudança do critério de contabilização da PCLD - 2011	17,2		17,2			
Reestruturação e plano de incentivo à aposentaria		(26,5)		(26,5)		
Reformas e construções em bases operacionais e nova sede corporativa		(7,9)		(7,9)		
PMSO - excluindo ações para ganhos de eficiência	276,6	323,3	983,5	1.144,0	16,9%	16,3%
Iluminação pública - PMSP		(12,6)		(12,6)		
Sistema CCS		(2,3)		(2,3)		
PMSO - excluindo demais não recorrentes	276,6	308,4	983,5	1.129,1	11,5%	14,8%
PCLD e baixas				(36,8)		
Entidade de previdência privada		(12,4)		(41,0)		
PMSO - excluindo não recorrentes e não gerenciáveis	276,6	296,0	983,5	1.051,3	7,0%	6,9%

Nos 9M12, os itens de PMSO controláveis pela Companhia variaram 6,9% totalizando R\$ 1.051,3, abaixo da variação do IGP-M do período (8,0%). Adicionando os efeitos não recorrentes, despesas com ações para ganho de eficiência, custos com entidade de previdência privada e inadimplência, as despesas com PMSO somam R\$ 1.132,6 milhões, montante 26,8% superior ao apresentado nos 9M11. Essa variação é explicada principalmente pelos seguintes fatores:

- (i) incremento de R\$ 68,9 milhões nas despesas com materiais e serviços de terceiros para o Plano de Ação 2011-2012;
- (ii) acréscimo de R\$ 36,8 milhões na linha de PCLD e baixas, devido à maior inadimplência do período, principalmente no segmento de baixa renda, com maiores detalhes na página 17;
- (iii) crescimento de R\$ 41,0 milhões nas despesas com fundo de pensão;
- (iv) aumento de R\$ 24,9 milhões, referente ao reajuste de salários, benefícios e encargos relacionado com o acordo coletivo de junho de 2011 e 2012.

Pessoal

As despesas com pessoal estão subdivididas em três rubricas: (a) despesa com pessoal e encargos; (b) despesa com entidade de previdência privada; e (c) despesa com acordos e condenações judiciais, conforme demonstrado abaixo:

Pessoal - em R\$ milhões	3T11	3T12	9M11	9M12	Var (%) 3T12 x 3T11	Var (%) 9M12 x 9M11
Pessoal e Encargos	116,9	159,5	335,5	411,4	36,4%	22,6%
Entidade de Previdência	28,4	40,7	85,1	126,1	43,6%	48,1%
Acordos e Condenações Trabalhistas	23,3	26,0	54,6	62,9	11,5%	15,2%
Total	168,6	226,2	475,2	600,4	34,1%	26,4%

- *Despesa com Pessoal e Encargos*

No 3T12, as despesas com pessoal e encargos totalizaram R\$ 159,5 milhões, um crescimento de 36,4% em comparação ao 3T11. Essa variação reflete:

- (i) aumento de R\$ 26,5 milhões em despesas não recorrentes com pessoal referente à reestruturação do quadro de colaboradores devido à reavaliação interna de processos em busca do aumento da eficiência (R\$ 12,4 milhões) e provisão do plano de incentivo à aposentadoria da Companhia (R\$ 10,4 milhões);
- (ii) acréscimo de R\$ 10,9 milhões, referente ao reajuste de salários, benefícios e encargos relacionado ao acordo coletivo de junho de 2012, que reajustou os salários em 6,55%;
- (iii) aumento de R\$ 7,2 milhões devido à revisão anual dos esforços destinados às atividades de investimento e manutenção, alocando maiores esforços para atividades de manutenção;
- (iv) crescimento de R\$ 2,4 milhões referente às despesas com assistência médica e odontológica, em função dos programas de desligamento da companhia os quais garantem um período de mais 6 meses de assistência médica aos colaboradores desligados, resultando em aumento de consultas e procedimentos médicos utilizados pelos colaboradores no período.

Nos 9M12, as despesas com pessoal e encargos totalizaram R\$ 411,4 milhões, representando aumento de 22,6% em relação aos 9M11. A variação ocorreu, principalmente, em função dos reajustes salariais ocorridos em junho de 2011 e 2012, do aumento das despesas com reestruturação do quadro de colaboradores e provisão para o plano de incentivo à aposentadoria e maiores despesas com assistência médica/odontológica.

- *Despesa com Entidade de Previdência Privada*

De acordo com o cálculo atuarial realizado ao final de 2011, a despesa com entidade de previdência privada será de R\$ 159,7 milhões em 2012. Esse aumento, conforme já reportado no 4T11, decorre da queda na taxa de desconto e da expectativa de inflação no longo prazo, além da amortização de perdas atuariais não reconhecidas, a exemplo de períodos anteriores.

Dessa forma, a despesa com entidade de previdência privada no 3T12 somou R\$ 40,7 milhões, um aumento de 43,6% em comparação ao 3T11. Nos 9M12, as despesas com entidade de previdência privada totalizaram R\$ 126,1 milhões ante R\$ 85,1 milhões no mesmo período do ano passado.

- *Despesa com Acordos e Condenações Trabalhistas*

As discussões judiciais trabalhistas, quando finalizadas por intermédio de acordo ou condenação, são transferidas da linha de outras despesas operacionais para a linha de pessoal. Portanto, os valores apresentados nas despesas de pessoal representam apenas uma reclassificação entre linhas.

No 3T12, as despesas com acordos e condenações trabalhistas somaram R\$ 26,0 milhões, montante 11,5% superior às despesas do 3T11, que totalizaram R\$ 23,3 milhões. Essa variação é explicada, principalmente, pelo aumento do valor médio dos acordos e pagamentos para extinção dos processos. Já o número de acordos firmados foi menor em relação ao 3T11 pelo fato de a semana de conciliação nacional de 2011 ter ocorrido no 3º trimestre, enquanto a semana de 2012 está programada para ocorrer apenas no 4º trimestre. A Companhia não espera um aumento significativo no número de acordos fechados na semana de conciliação deste ano, visto que já vem intensificando os acordos trabalhistas desde o início de 2012.

Já no acumulado do ano, o montante foi de R\$ 62,9 milhões, um aumento de 15,2% em relação ao mesmo período de 2011, devido à intensificação de acordos, principalmente no 2T12, e ao maior valor médio dos acordos e condenações.

Para a Companhia a intensificação dos acordos é um passo estratégico, tendo como efeito líquido uma redução das despesas operacionais.

Despesa com materiais e serviços de terceiros

As despesas com materiais e serviços de terceiros no 3T12 apresentaram um aumento de 13,9% em relação ao 3T11, totalizando R\$ 134,7 milhões. As principais variações ocorreram devido aos seguintes fatores:

- (i) R\$ 7,9 milhões de gastos com reformas efetuadas nas bases operacionais, lojas de atendimento aos clientes e nova sede corporativa;
- (ii) acréscimo de R\$ 6,8 milhões nas despesas com manutenção de frotas de automóveis;
- (iii) aumento de R\$ 2,5 milhões referente à manutenção do sistema de subterrânea, incluindo obras civis. Essas manutenções não aumentam a vida útil do ativo, sendo portanto, contabilizadas como despesas;
- (iv) aumento extraordinário de R\$ 2,3 milhões devido à adequação do sistema operacional da Companhia para atendimento das Resoluções 414 e 479 da Aneel, trazendo melhorias para os clientes;
- (v) redução de R\$ 4,5 milhões nas despesas com consultoria, principalmente relacionada à adoção do projeto "Criando Valor";
- (vi) queda de R\$ 4,9 milhões nas despesas com Plano de Ação 2011-2012 principalmente devido ao menor número de turmas de emergência alocadas no 3T12 em comparação com o 3T11, compensado pelo aumento da produtividade por equipe.

Nos 9M12, a Companhia registrou um total de R\$ 393,7 milhões em despesas com materiais e serviços de terceiros, uma elevação de 7,1% em relação aos 9M11. Destacam-se as despesas relacionadas às iniciativas do Plano de Ação 2011-2012, que apresentaram acréscimo de R\$ 68,9 milhões, devido ao seu início ter ocorrido em julho de 2011, gerando assim um maior impacto no ano de 2012. Esse aumento foi compensado pela redução nas despesas com consultoria do projeto

“Criando Valor” no valor de R\$ 19,3 milhões e pela economia de R\$ 25,8 milhões em função dos gastos com o plano de redução DEC e FEC no 1S11.

Outras despesas operacionais

Acordo com a Prefeitura Municipal de São Paulo

Em 05 de Janeiro de 2009, a AES Eletropaulo assinou acordo com a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) a fim de receber débitos passados de fornecimento de energia além de outras dívidas de menor valor.

O acordo previa a quitação dos débitos em quatro pagamentos, sendo R\$117,8 milhões em 30 de julho de 2009 e três parcelas anuais no valor de R\$ 75,5 milhões, com vencimento, sucessivamente, em 30 de julho de 2010, 2011 e 2012.

Em 2009, 2010 e 2011 foram recebidos R\$ 268,7 milhões e em 30 de julho de 2012, a Prefeitura realizou o pagamento da última parcela no valor de R\$ 75,5 milhões.

Os impactos estimados do acordo nas demonstrações podem ser verificados na tabela a seguir.

IMPACTOS DA PMSP NO RESULTADO - R\$ milhões				
	2009	2010	2011	2012
Despesas operacionais	76,7	73,3	64,2	61,3
PCLD	(226,4)	75,5	75,5	75,5
Iluminação Pública	(0,6)	(2,2)	(11,3)	(14,2)
Ebitda	76,7	73,3	64,2	61,3
Lucro (Prejuízo) Antes dos Impostos	116,4	73,3	64,2	61,3
Impostos e Contribuição Social Diferido	77,0	(25,7)	(25,7)	(25,7)
Lucro Líquido	76,6	47,6	38,5	35,6

As principais despesas incluídas no grupo de outras despesas operacionais são: (a) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) e Baixas; (b) Provisão e Reversão para Contingências; (c) Custas Judiciais (condenações) e (d) Demais Despesas, conforme detalhado no quadro abaixo.

Outras Despesas Operacionais - em R\$ milhões	3T11	3T12	9M11	9M12	Var (%) 3T12 x 3T11	Var (%) 9M12 x 9M11
PCLD e Baixas	(66,3)	(36,8)	(17,1)	36,9	-44,5%	N.D.
Provisão (Reversão) para contingências	(93,6)	(3,0)	(67,6)	(22,7)	-96,8%	-66,4%
Condenações e Acordos Judiciais	19,3	7,0	26,8	26,1	-63,9%	-2,7%
Demais *	39,9	29,5	108,1	98,2	-25,9%	-9,2%
Total	(100,8)	(3,2)	50,1	138,5	-96,8%	176,2%

* Arrendamentos e aluguéis, Indenizações, Perdas e Danos, Publicidade, Tarifas Bancárias, IPTU etc

No 3T12, as outras despesas operacionais totalizaram uma receita R\$ 3,2 milhões, uma queda de 96,8% em comparação à receita de R\$ 100,8 milhões no 3T11. Essa variação é explicada principalmente pelos seguintes fatores:

- provisão na linha de PCLD e Baixas de R\$ 12,6 milhões referentes aos investimentos em iluminação pública acordados com a PMSP, com reversão prevista para o 4T12 após assinatura do Termo de Aceite pela PMSP dos investimentos concluídos no 3T12, que já se encontra em processo de formalização;
- mudança do critério de contabilização da PCLD no 3T11, que gerou uma reversão de R\$ 17,2 milhões no período. A exemplo de outras distribuidoras, a partir de setembro de 2011, a Companhia passou a constituir PCLD para os clientes residenciais e comerciais apenas considerando as contas vencidas após 90 dias, e não mais as contas vencidas e

não pagas em um período menor. Excluindo os efeitos mencionados, a linha de PCLD e baixas, teria apresentado queda de 1,2%;

- (iii) reversão de provisões trabalhistas no 3T11, no valor de R\$ 45,2 milhões, em virtude do julgamento favorável, em 2ª instância, e da mudança no entendimento do Tribunal Superior do Trabalho sobre processos de equiparação salarial em cadeia;
- (iv) reversão de provisões tributárias no 3T11, no montante de R\$ 28,0 milhões, relacionadas à discussão de dívida de IPTU de imóveis.

Nos 9M12, foi verificado um aumento de 176,2% com outras despesas operacionais, que somaram R\$ 138,5 milhões. Excluindo os efeitos não recorrentes de reversão de provisões para contingências, provisão relacionada ao acordo com a PMSP e mudança de critério de constituição de PCLD no 3T11, conforme já mencionado, essa linha teria se mantido no mesmo patamar do 3T12.

OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

A conta de outras receitas e despesas apresentou uma despesa líquida de R\$ 243,7 milhões no 3T12 ante uma despesa líquida de R\$ 208,7 milhões no mesmo período de 2011. Os seguintes valores explicam essa variação:

- (i) desativação de ativos com valor residual de R\$ 9,1 milhões, tendo em vista a mudança nas regras da Aneel de baixa, que passaram a determinar a baixa por item e não mais por grupo de itens e inventário físico realizado;
- (ii) aumento de R\$ 18,5 milhões nas despesas de construção, que passaram de R\$ 208,4 milhões no 3T11 para R\$ 226,9 milhões no 3T12. Essa elevação decorre do aumento dos investimentos no 3T12 quando comparado ao mesmo período do ano passado. As despesas com construção passaram a ser contabilizadas como “Outras Despesas” após a adoção do IFRS e do ICPC 01 e são compensadas em “Outras Receitas” com valor correspondente.

No acumulado de 2012, a conta de outras receitas e despesas passou de uma despesa de R\$ 542,2 milhões para uma também despesa de R\$ 644,3 milhões, reflexo da desativação de ativos no valor residual de R\$ 48,7 milhões e do aumento de R\$ 46,5 milhões nas despesas de construção, devido ao maior Capex do período.

EBITDA

No 3T12, o Ebitda da Companhia atingiu R\$ 108,4 milhões, o que representa uma redução de 83,1% em relação ao 3T11. Os seguintes fatores contribuíram para esse desempenho:

- (i) impacto negativo de R\$ 264,1 milhões referentes ao efeito combinado da revisão e reajuste tarifários sobre a Parcela B (R\$ 259,6 milhões) e da redução de 0,4% no volume do mercado total (R\$ 4,5 milhões);
- (ii) aumento dos custos da Parcela A, compra de energia e encargos setoriais, em R\$ 62,9 milhões em relação considerado na tarifa homologada em 03 de Julho 2012;
- (iii) maiores despesas com PMSO em R\$ 171,5 milhões, principalmente devido a (i) reajuste de salários, benefícios e encargos relacionado ao acordo coletivo de junho de 2012; (ii) despesas com manutenção de frotas de automóveis; (iii) despesas com entidade de previdência privada; (iv) eventos não recorrentes ocorridos no 3T11 e 3T12; e (v) gastos com iniciativas que visam a ganhos no controle de custos e aumento da eficiência e da receita.

No acumulado do ano, o Ebitda da Companhia totalizou R\$ 670,1 milhões, uma redução de 61,0% quando comparado ao do mesmo período de 2011, quando o Ebitda foi de R\$ 1.716,2 milhões. Os seguintes fatores explicam esse desempenho:

- (i) impacto negativo de R\$ 259,6 milhões devido ao efeito da revisão e reajuste tarifários sobre a Parcela B, parcialmente compensado pelo aumento de R\$ 105,1 milhões em função do crescimento do mercado total em 0,8% nos 9M12;
- (ii) impacto negativo de R\$ 62,9 milhões no 3T12 referentes ao aumento dos custos da Parcela A no 3T12 em relação considerado na tarifa homologada em 03 de Julho 2012;
- (iii) incremento de R\$ 487,0 milhões nas despesas com a “Parcela A” no 1S12 em comparação ao 1S11, refletindo a maior despesa com compra de energia para revenda e encargos de Rede Básica, ONS e ESS;
- (iv) maiores despesas com PMSO em R\$ 239,5 milhões, devido a: (i) efeito não recorrente referente a reversões de provisões trabalhistas e tributárias; (ii) despesas relacionadas com o Plano de ação 2011-2012; (iii) maior inadimplência no período, principalmente no segmento de baixa renda; (iv) despesas com Fundos de Pensão (FCESP) e; (v) reajuste salarial ocorrido em junho de 2012;
- (v) aumento na desativação de ativos no valor residual de R\$ 48,7 milhões, conforme explicado anteriormente.

EBITDA Ajustado

O Ebitda da Companhia é ajustado pelas despesas referentes ao passivo com a Fundação CESP (confissão de dívida Ila, reserva matemática e custo atuarial), para melhor refletir a geração de caixa operacional da Companhia uma vez que o saldo de obrigação com o fundo de pensão é considerado no saldo da dívida da AES Eletropaulo.

O Ebitda ajustado pelas despesas referentes ao passivo com a Fundação CESP no 3T12 totalizou R\$ 147,0 milhões, apresentando uma redução de 78,0% quando comparado ao do 3T11, quando o Ebitda ajustado foi de R\$ 668,4 milhões. A redução é explicada pela combinação da redução de R\$ 533,4 milhões do Ebitda somado à maior despesa com Fundação CESP em R\$ 12,0 milhões no período.

No acumulado do ano, o Ebitda ajustado pelas despesas referentes ao passivo com a Fundação CESP atingiu R\$ 790,3 milhões, montante 56,0% inferior ao do mesmo período do ano anterior. Este valor foi impactado pela redução de R\$ 1.005,8 milhões no Ebitda e aumento nas despesas com a Fundação CESP de R\$ 40,2 milhões.

R\$ milhões	3T11	3T12	9M11	9M12	Var (%) 3T12 x 3T11	Var (%) 9M12 x 9M11
Ebitda	641,8	108,4	1.716,2	670,1	-83,1%	-61,0%
Ajustes						
Desp. Passivo - FCESP	26,6	38,6	80,0	120,2	45,2%	50,2%
Ebitda ajustado pelas despesas FCESP	668,4	147,0	1.796,1	790,3	-78,0%	-56,0%

Em razão dos novos covenants negociados pela Companhia o Ebitda ajustado também exclui os efeitos dos ativos e passivos regulatórios. Conforme demonstrado no quadro a seguir:

R\$ milhões	3T11	3T12	9M11	9M12	Var (%) 3T12 x 3T11	Var (%) 9M12 x 9M11
Ebitda	641,8	108,4	1.716,2	670,1	-83,1%	-61,0%
Ajustes						
Desp. Passivo - FCESP	26,6	38,6	80,0	120,2	45,2%	50,2%
Ebitda ajustado pelas despesas FCESP	668,4	147,0	1.796,1	790,3	-78,0%	-56,0%
Ativos e Passivos Regulatórios	(97,9)	62,9	(332,3)	(411,9)	N.D.	24,0%
Ebitda Ajustado Novos Covenants	570,6	209,9	1.463,8	378,3	-63,2%	-74,2%

Para maiores detalhes consultar a página 24 no capítulo de endividamento.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido registrado pela Companhia no 3T12 foi uma receita de R\$ 7,5 milhões, inferior em R\$ 4,2 milhões em comparação à receita de R\$ 11,8 milhões registrados no mesmo período de 2011. Essa redução é explicada, principalmente, pelos seguintes eventos:

- (i) receita financeira reconhecida no 3T11, não recorrente, no valor de R\$ 54,3 milhões, referente a contribuição do Finsocial; (maiores detalhes em "Receitas Financeiras")

Parcialmente compensados por:

- (ii) impacto positivo de R\$ 23,0 milhões relacionado à variação cambial incidente sobre a compra de energia de Itaipu, em função da variação na cotação do Dólar entre a data de faturamento e pagamento da fatura;
- (iii) redução no rendimento das aplicações financeiras e nos encargos da dívida resultando num benefício líquido de R\$ 5,7 milhões, em função da redução no CDI do período. Em 30/09/2011 o CDI médio era de 11,88%, se comparado com o a taxa em 30/09/2012, que foi de 7,36%, a redução entre os períodos foi de 4,52 p.p.;
- (iv) reconhecimento no 3T12, no valor de R\$ 18,5 milhões, em função de decisão judicial favorável com relação à ação que busca a compensação de créditos de PIS. A Companhia recalculou os valores envolvidos e apurou um crédito adicional. Este valor refere-se apenas a atualização monetária da diferença apurada através do recálculo da ação. (maiores detalhes no quadro a seguir).

Nos primeiros nove meses de 2012, o resultado financeiro foi uma despesa líquida de R\$ 50,2 milhões, enquanto no mesmo período de 2011, o resultado foi uma receita líquida de R\$ 0,5 milhão. Esse desempenho é explicado pelos seguintes fatores:

- (i) reconhecimento, no 3T11, de item não recorrente de R\$ 54,3 milhões, à título de correção monetária e juros de mora sobre a contribuição do Finsocial;
- (ii) redução de R\$ 20,4 milhões nos juros capitalizados em função da redução do prazo médio de encerramento de obras e entrada em operação do sistema de gestão de obras;
- (iii) decréscimo de R\$ 7,5 milhões referente à atualização monetária de processos judiciais; parcialmente compensados pelo
- (iv) impacto positivo de R\$ 6,8 milhões em função da queda na taxa CDI entre os períodos, conforme mencionado anteriormente, de 4,52 p.p.

O item que menciona o PIS trata-se do seguinte:

No período de Julho de 1990 a Outubro de 1995 a Companhia recolheu a contribuição ao PIS (Programa de Integração Social) com base nos Decretos-Leis 2.445 e 2.449/1988 que posteriormente foram reconhecidos como inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal. Assim, as regras aplicáveis para recolhimento desta contribuição passaram a ser determinadas pela Lei Complementar 07/70. Com base nesta regra, a Companhia apurou crédito a recuperar e impetrou Mandado de Segurança para garantir seu direito ao crédito em 30 de junho de 2000.

Em 2001, houve decisão favorável em 1ª Instância reconhecendo o crédito e autorizado sua compensação nos termos da legislação vigente à época. Assim, houve o reconhecimento de cerca de R\$ 207 milhões, que, em parte, foi utilizado para compensação de tributos federais em 2002 e 2003.

Em maio de 2012, após o trânsito em julgado da decisão que reconheceu o direito ao crédito tributário, a Companhia revisou os cálculos e apurou um crédito adicional de R\$ 23 milhões, que foi contabilizado em setembro de 2012, totalizando crédito remanescente a compensar de R\$ 85 milhões.

Este montante poderá ser utilizado para compensação de tributos federais após habilitação do crédito junto à Receita Federal do Brasil.

Receitas Financeiras

No 3T12, as receitas financeiras da AES Eletropaulo totalizaram R\$ 66,5 milhões, o que representa um decréscimo de 43,0% ou R\$ 50,2 milhões em relação ao mesmo período de 2011. Esse desempenho é explicado principalmente:

- (i) pelo reconhecimento, no 3T11, de item não recorrente de R\$ 54,3 milhões, à título de correção monetária e juros de mora sobre a contribuição do Finsocial;
- (ii) pela redução no rendimento das aplicações financeiras em R\$ 14,9 milhões devido à menor taxa CDI média do período;
- (iii) recálculo de ação judicial envolvendo créditos de PIS após decisão favorável para a Companhia, no valor de R\$ 18,5 milhões referente à atualização monetária conforme explicado anteriormente.

Nos 9M12, as receitas financeiras da AES Eletropaulo totalizaram R\$ 196,4 milhões, o que representa um decréscimo de 22,9% ou R\$ 58,4 milhões em relação ao mesmo período de 2011. Esse desempenho é explicado principalmente pelo reconhecimento, no 3T11, de item não recorrente de R\$ 54,3 milhões, a título de correção monetária e juros de mora sobre a contribuição do Finsocial.

O item que menciona o Finsocial trata-se do seguinte:

No período de 1989 a 1992, a Companhia recolheu a contribuição ao Finsocial (Fundo de Investimento Social) com majorações de alíquotas (0,5% a 2%) que posteriormente foram reconhecidas como inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para todas as empresas que exerciam atividade comercial ou mista (prestadora de serviços e comercial), razão pela qual a AES Eletropaulo impetrou uma ação judicial contra o Governo Federal em 30 de agosto de 1994. Em dezembro de 2008, o STF negou recurso apresentado pelo Governo Federal, e finalmente, em fevereiro de 2009, findou o prazo para apresentação de novo recurso por parte do Governo Federal, assim a decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª. Região, favorável à Companhia, transitou em julgado.

Em função da decisão proferida pelo STF, a Companhia reconheceu, em suas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, os montantes e as devidas correções relacionadas ao Finsocial, no valor de R\$ 194,0 milhões, líquido de impostos.

Porém, como a decisão acima mencionada não determinava a devolução da quantia relativa aos expurgos inflacionários (R\$ 54,3 milhões), a Companhia apresentou um novo recurso para que esta diferença também fosse recuperada.

Em função do julgamento definitivo deste recurso, em setembro/11, esse montante foi reconhecido no resultado à título de correção monetária e juros de mora (expurgos inflacionários). Tal montante não terá efeito caixa neste momento, pois será utilizado para compensar outros tributos federais assim que autorizado pela Receita Federal.

Despesas Financeiras

As despesas financeiras apresentaram redução de 19,8% no trimestre quando comparadas às do 3T11, totalizando R\$ 84,8 milhões. Essa variação é explicada por:

- (i) redução nos encargos da dívida decorrente de menores taxas de juros no total de R\$ 20,5 milhões; parcialmente compensada por
- (ii) menores juros capitalizados, no montante de R\$ 6,6 milhões, em função da redução do prazo médio de encerramento de obras e entrada em operação do sistema de gestão de obras.

Nos primeiros nove meses de 2012, a Companhia apresentou despesa financeira de R\$ 299,8 milhões, o que representa redução de R\$ 8,7 milhões em relação ao montante apresentado no mesmo período de 2011. Tal variação pode ser explicada pelos seguintes fatores:

- (i) redução de R\$ 28,2 milhões nos encargos da dívida decorrente de menores taxas de juros na comparação entre os períodos;
- (ii) decréscimo de R\$ 20,4 milhões em juros capitalizados, conforme descrito acima.

Variações Monetárias e Cambiais Líquidas

No 3T12, as variações monetárias e cambiais líquidas apresentaram receita de R\$ 25,8 milhões, valor R\$ 24,9 milhões superior ao registrado no 3T11. O aumento no período é explicado, principalmente, pelo impacto positivo de R\$ 23,0 milhões, relativo à variação cambial incidente sobre a compra de energia de Itaipu, em função da cotação do dólar na data de pagamento ter ficado abaixo da cotação na data de fechamento da fatura.

No acumulado do ano, as variações monetárias e cambiais líquidas totalizaram receita de R\$ 53,3 milhões, inferior em 1,7% ao montante auferido no mesmo período de 2011. Tal decréscimo é devido a redução de R\$ 7,5 milhões referente à atualização monetária de depósitos judiciais em função da redução de contingências jurídicas e por menores despesas relacionadas à variação cambial sobre o valor da energia comprada de Itaipu, no valor de R\$ 6,6 milhões.

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido da Companhia atingiu R\$ 13,7 milhões no 3T12, uma redução de 96,1% em relação ao mesmo período de 2011. Essa variação deve-se aos seguintes fatores:

- (i) impacto negativo de R\$ 264,1 milhões referentes ao efeito combinado da revisão e reajuste tarifários sobre a Parcela B (R\$ 259,6 milhões) e da redução de 0,4% no volume do mercado total (R\$ 4,5 milhões);
- (ii) aumento dos custos da Parcela A, compra de energia e encargos setoriais, em R\$ 37,6 milhões em relação considerado na tarifa homologada em 03 de Julho 2012;
- (iv) maiores despesas com PMSO em R\$ 171,5 milhões, principalmente devido a (i) reajuste de salários, benefícios e encargos relacionado ao acordo coletivo de junho de 2012; (ii) despesas com manutenção de frotas de automóveis; (iii) despesas com entidade de previdência privada; (iv) eventos não recorrentes ocorridos no 3T11 e 3T12; e (v) gastos com iniciativas que visam a ganhos no controle de custos e aumento da eficiência e da receita;
- (iii) redução de R\$ 4,2 milhões no resultado financeiro, principalmente, em função de receita financeira não recorrente registrada no 3T11.

Nos primeiros nove meses de 2012, o lucro líquido totalizou R\$ 180,6 milhões, uma redução de 79,6% quando comparado ao montante de R\$ 885,4 milhões registrado no mesmo período de 2011. Esse crescimento é explicado pelo:

- (i) impacto negativo de R\$ 259,6 milhões devido ao efeito da revisão e reajuste tarifários sobre a Parcela B, parcialmente compensado pelo aumento de R\$ 105,1 milhões em função do crescimento do mercado total em 0,8% nos 9M12;
- (ii) impacto negativo de R\$ 62,9 milhões no 3T12 referentes ao aumento dos custos da Parcela A no 3T12 em relação considerado na tarifa homologada em 03 de Julho 2012;
- (iii) incremento de R\$ 487,0 milhões nas despesas com a "Parcela A" no 1S12 em comparação ao 1S11, refletindo a maior despesa com compra de energia para revenda e encargos de Rede Básica, ONS e ESS;
- (iv) maiores despesas com PMSO em R\$ 239,5 milhões, devido a: (i) efeito não recorrente referente a reversões de provisões trabalhistas e tributárias; (ii) despesas relacionadas com o Plano de ação 2011-2012; (iii) maior inadimplência no período, principalmente no segmento de baixa renda; (iv) despesas com Fundos de Pensão (FCESP) e; (v) reajuste salarial ocorrido em junho de 2012;
- (v) aumento na desativação de ativos, no valor residual, de R\$ 48,7 milhões como reflexo das mudanças na regra da Aneel de baixa de ativos, que passaram a determinar a baixa por item e não mais por grupo de itens e inventário físico realizado;
- (vi) menor resultado financeiro no montante de R\$ 50,6 milhões, principalmente em função de receita financeira não recorrente ocorrida em 2011, redução de juros capitalizados e

decréscimo de atualizações monetárias em função de menor saldo de contingências judiciais, parcialmente compensados por, menores encargos da dívida em razão da redução do CDI no período.

ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

Segundo as normas da Aneel, a diferença entre os itens não gerenciáveis considerados no reajuste tarifário anual e/ou revisão tarifária e os valores efetivamente incorridos pelas distribuidoras devem ser registrados para efeitos regulatórios em contas temporárias no Balanço Patrimonial e na Demonstração de Resultados Regulatórios das distribuidoras. Essas contas podem ser credoras ou devedoras, a depender da variação dos custos realizados nos ciclos. Os eventuais saldos dos ciclos serão adicionados ou reduzidos da tarifa no reajuste tarifário anual e/ou revisão tarifária seguinte e amortizados no próximo ano tarifário (período de 12 meses após a data do reajuste e/ou revisão).

A partir da adoção do IFRS nos balanços societários, as variações dos ativos e passivos regulatórios deixaram de ser diferidas e passaram a ser contabilizadas no resultado gerando assim volatilidade nos resultados da Companhia.

No quadro abaixo, está demonstrado o impacto pro-forma das variações dos ativos e passivos regulatórios no resultado antes dos tributos da AES Eletropaulo.

Ativos e Passivos Regulatórios	3T11	3T12
Itens regulatórios a serem compensados em ciclos futuros	31,0	(45,2)
Itens regulatórios de ciclos anteriores	48,2	7,6
Total	79,2	(37,6)

A variação dos itens regulatórios no 3T12 em relação à tarifa resultou em um impacto negativo de R\$ 37,6 milhões no resultado da Companhia, sendo que R\$ 45,2 milhões serão recebidos pela Companhia por meio da tarifa no próximo ciclo. Esse montante é explicado pelos seguintes fatores:

- (i) impacto negativo de R\$ 35,1 milhões referentes ao maior preço médio de energia adquirida em leilões (energia hídrica e térmica);
- (ii) efeito negativo de R\$ 55,2 milhões em função do aumento das despesas com encargos de ESS e CCC, determinados pela Aneel; compensados parcialmente
- (iii) devolução de R\$ 20,3 milhões referentes à diferença entre o preço médio do volume de energia comprada e posteriormente vendido na CCEE, de forma manter a Companhia dentro dos níveis de contratação regulatórios;
- (iv) impacto positivo de R\$ 13,7 milhões referentes à redução com encargos de RGR no período, homologados pelo regulador;
- (v) impacto positivo de R\$ 11,1 milhões referentes à outros itens regulatórios.

Ativos e Passivos Regulatórios	9M11	9M12
Efeitos da Postergação da Revisão Tarifária	182,4	699,1
Variações da Parcela A	141,8	(260,4)
Total	324,2	438,7

Nos 9M12, o resultado antes dos tributos da AES Eletropaulo foi impactado positivamente em R\$ 438,7 milhões. Esse montante é explicado principalmente pelos seguintes fatores:

- (i) impacto positivo de R\$ 699,1 milhões em função da postergação da aplicação da metodologia do 3º Ciclo de Revisão Tarifária. Esse montante refere-se à diferença entre a melhor estimativa da Companhia, no valor de R\$ 354,0 milhões, quanto aos impactos da postergação no Ebitda da Companhia no 2S11 e o montante final homologado pela Aneel de R\$ 1.053,1 milhões. Esse valor inclui R\$ 172,5 milhões referentes ao ajuste do cálculo desse impacto no 2S11;
- (ii) impacto negativo de R\$ 243,1 milhões referentes à compra de energia para revenda.

Na tabela abaixo, estão demonstrados os resultados caso os ativos e passivos regulatórios ainda transitassem no resultado da Companhia.

Ativos e Passivos Regulatórios	3T11	3T12	9M11	9M12
Lucro líquido (Prejuízo) sem os itens regulatórios (IFRS)	348,2	13,7	885,4	180,6
Ativos e passivos regulatórios	79,2	(37,6)	324,2	438,7
Lucro Líquido (Prejuízo) incluindo itens regulatórios	268,9	51,3	561,2	(258,1)

ENDIVIDAMENTO

Em atendimento às exigências da Lei nº 11.638, contratos de arrendamento mercantil e locação sob a rubrica de *Leasing* são considerados no saldo total da dívida da AES Eletropaulo. Ao final do 3T12, tais contratos representaram R\$ 8,1 milhões no saldo do endividamento da Companhia, valor inferior ao montante de R\$ 13,3 milhões registrado no mesmo período de 2011. Para fins de análise deste relatório, tais valores não são considerados no saldo total da dívida.

A dívida bruta da Companhia totalizava R\$ 4.026,4 milhões em 30 de setembro de 2012, valor R\$ 232,3 milhões superior ao registrado no mesmo período de 2011. O aumento de 6,2% na dívida bruta refere-se à: (i) 14ª emissão de debêntures, em novembro de 2011, no valor de R\$ 600 milhões com desembolso em janeiro de 2012; parcialmente compensada pelo: (ii) pagamento, em setembro de 2011, de R\$ 200 milhões referentes à 1ª parcela de amortização da 10ª emissão de debêntures; (iii) à amortização, em maio de 2012, de R\$ 50 milhões do CCB com o Citibank e; (iv) à redução do saldo contabilizado da dívida com a Fundação CESP em R\$ 107,1 milhões, em função dos pagamentos para o fundo de pensão das parcelas referentes ao ano de 2011 terem sido maiores do que as despesas provenientes do cálculo atuarial. O saldo dessa dívida totalizou R\$ 1.161,0 milhões ao final do 3T12. Em 30 de setembro de 2012, as disponibilidades somavam R\$ 932,1 milhões, valor R\$ 54,0 milhões superior ao mesmo período de 2011.

No encerramento do 3T12, a dívida líquida da Companhia somou R\$ 3.094,3 milhões, valor 6,1% superior ao saldo da dívida líquida do 3T11, em função de a dívida bruta e as disponibilidades terem aumentado no mesmo patamar no período.

Destaques

- **Custo médio:** O custo médio da dívida total da AES Eletropaulo apresentou variação passando de CDI + 1,07% a.a. em 30 de setembro de 2011 para CDI + 1,27% a.a. em 30 de setembro de 2012. Esse aumento ocorreu em função da 14ª emissão de debêntures, realizada em janeiro de 2012 e devido ao aumento das curvas de DI e do IGP-M do período.
- **Prazo médio:** Em 30 de setembro de 2012, o prazo médio da dívida era 6,6 anos, patamar ligeiramente inferior ao prazo de 6,8 anos de 30 de setembro de 2011.

Posição em 30/09/2012

R\$ milhões	
Dívida	4.026,4
Disponibilidades*	932,1
Dívida Líquida	3.094,3
Leasing	8,1
Dívida Líquida sem Leasing	3.086,2

* Caixa + Títulos e Valores Mobiliários

Covenants

Em 12 de setembro de 2012, a Companhia encerrou o processo de readequação dos termos da 9ª, 11ª, 13ª e 14ª emissões de debêntures e CCBs do Bradesco, à nova realidade trazida pela revisão tarifária e, principalmente, às condições inicialmente pactuadas com os credores. Dessa forma, foram feitos os seguintes ajustes:

- (i) inclusão dos ativos e passivos regulatórios no cálculo do Ebitda ajustado, excluindo a volatilidade no resultado gerada pela adoção do IFRS;
- (ii) exclusão do “corredor” do cálculo da dívida, já que espera-se que a CVM passe a reconhecer a partir de 2013 o saldo dos ganhos e perdas atuariais como dívida e como conta redutora do PL;
- (iii) exclusão dos empréstimos onde a Companhia for apenas agente repassador desses empréstimos;
- (iv) alteração do limite de *covenants* de 3,5x Dívida Bruta/Ebitda ajustado para 3,5x Dívida Líquida/Ebitda ajustado, permitindo maior flexibilização da gestão da alavancagem da companhia;
- (v) conceito de quebra de *covenants* somente se índice ultrapassar valor contratual por dois trimestres consecutivos;

A companhia possui também o limite referente de Ebitda Ajustado/Despesa Financeira >1,75x.

Considerando o Ebitda ajustado dos 12 meses findos em setembro de 2012, de acordo com os novos *covenants*, a Companhia apresentou indicador (i) Dívida Líquida/Ebitda Ajustado de 2,1x e Ebitda Ajustado/Despesa Financeira de 3,1x, ou seja, dentro dos limites acordados.

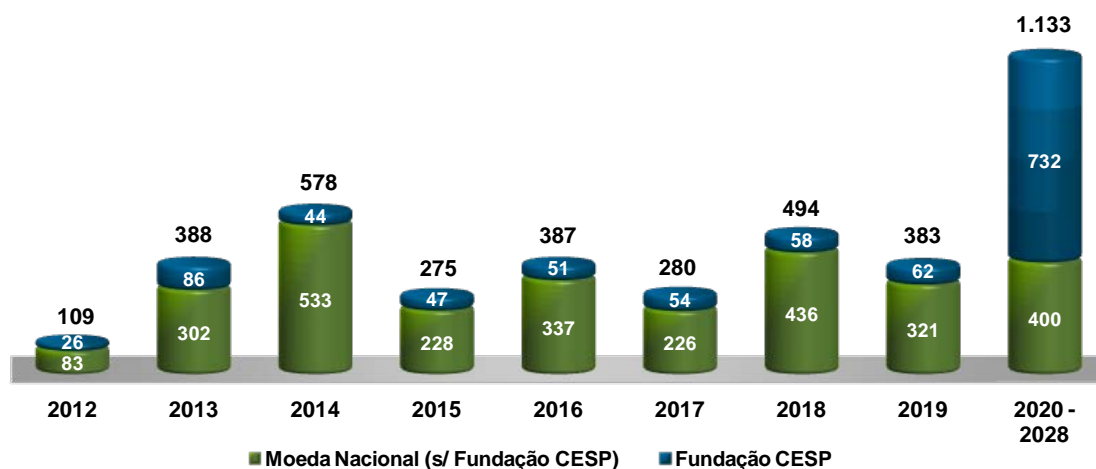
Em 30 de setembro de 2012, a Companhia possuía também a 10ª e 12ª emissões de debêntures e CCB Citibank, cujos *covenants* eram Dívida Bruta/Ebitda Ajustado pelas despesas com FCesp <3,5x e Ebitda Ajustado pelas despesas com FCesp/Despesa Financeira >1,75x. No final do 3T12, os indicadores financeiros eram 2,1x Dívida Bruta/Ebitda Ajustado pelas despesas com FCesp e 4,1x Ebitda Ajustado pelas despesas com FCesp/Despesa Financeira. Essas dívidas não foram readequadas, pois deverão ser pré-pagas, em 29 de outubro, 6 e 12 de novembro, com os recursos da 15ª emissão de debêntures, detalhada abaixo.

Emissão de Debêntures

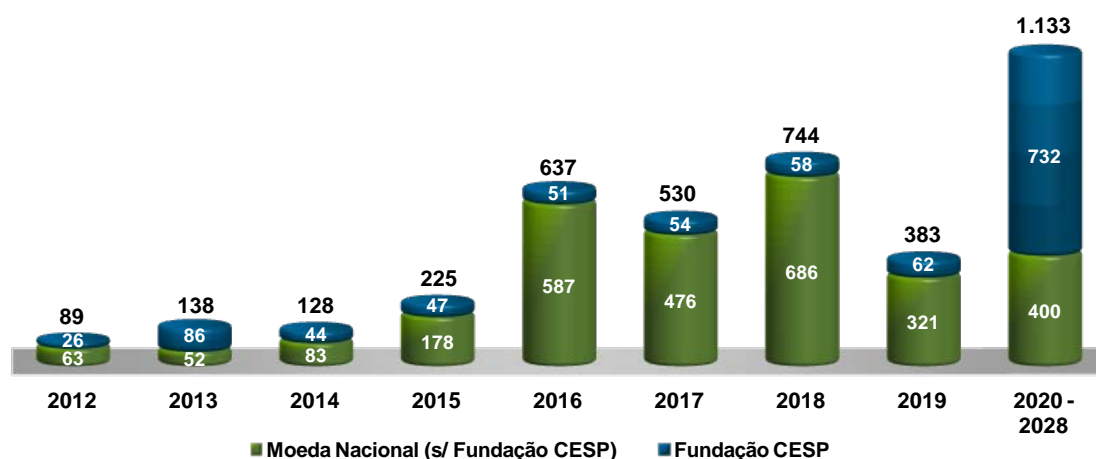
A Companhia encerrou, em 29 outubro de 2012, a 15ª emissão de debêntures, no total R\$ 750 milhões. Os recursos serão utilizados para o pagamento da 10ª e 12ª emissões de debêntures e CCB Citibank. Abaixo as principais características da 15ª emissão de debêntures emitidas:

- 75.000 debêntures simples, no valor total de R\$ 750 milhões;
- Não conversíveis em ações, de Espécie Quirografária, em série única;
- Sob Regime de Garantia Firme de Colocação, para distribuição pública nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 400;
- Prazo de vencimento de 6 anos contados da data de emissão, com amortizações intermediárias;
- Taxa de juros de CDI +1,24% a.a., sendo o pagamento da remuneração realizado semestralmente.

CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO (Pré 15ª Emissão) - R\$ milhões (Principal)



CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO (Pós 15ª Emissão) - R\$ milhões (Principal)



INVESTIMENTOS

No 3T12, a AES Eletropaulo investiu R\$ 224,9 milhões, montante 9,8% superior ao investido no 3T11. Do total, R\$ 213,4 milhões foram realizados com recursos próprios e R\$ 11,5 milhões correspondem a projetos financiados pelos clientes.

No acumulado de 2012, o volume de investimentos da Companhia atingiu R\$ 578,8 milhões, o que representa um aumento de 9,3% quando comparado ao mesmo período de 2011. Os investimentos com recursos próprios totalizaram R\$ 552,6 milhões, enquanto os projetos financiados pelo cliente neste período somaram R\$ 26,1 milhões.

Investimentos - R\$ milhões	3T11	3T12	9M11	9M12	Var (%) 3T12x3T11	Var (%) 9M12x9M11
Serviço ao Consumidor e Expansão do Sistema	102,8	105,1	253,1	290,7	2,3%	14,9%
Manutenção	56,6	53,1	164,5	141,3	-6,2%	-14,1%
Recuperação de Perdas	8,4	8,1	27,9	20,4	-3,5%	-26,9%
Tecnologia da Informação	8,0	10,1	20,9	24,7	25,5%	18,3%
Outros	22,5	37,0	46,9	75,4	64,4%	60,9%
Total (c/ recursos próprios)	198,4	213,4	513,3	552,6	7,6%	7,7%
Financiado pelo cliente	6,4	11,5	16,2	26,1	80,0%	61,7%
Total	204,8	224,9	529,5	578,8	9,8%	9,3%

Em 2012, a Companhia planeja investir R\$ 840,6 milhões, valor 13,8% superior ao volume investido em 2011. Deste montante, são previstos R\$ 794,1 milhões com recursos próprios e R\$ 46,4 milhões financiados pelos clientes. Dentre os investimentos programados destacam-se:

- energização de duas subestações adicionando 200MVA de capacidade ao sistema;
- repotencialização de cinco subestações adicionando 130MVA de capacidade ao sistema; 32 novas linhas de distribuição aérea;
- 49,1 km de novas linhas de transmissão;
- manutenção de mais de 6 mil km de redes de distribuição, representando um aumento de 20% em relação ao realizado em 2011;
- instalação de mais 1.500 religadores automáticos e 5.000 seccionadores;
- regularização de 55 mil ligações ilegais e substituição de 142 mil medidores obsoletos.

Principais Investimentos - 3T12 e Acumulado 2012

Expansão do Sistema e Serviços ao Cliente - Visa ao atendimento do crescimento do mercado e redução do risco de interrupção no fornecimento regular e em condições de emergência.

- R\$ 49,3 milhões no 3T12 em serviços ao cliente para atender à adição de 57 mil novos clientes, dos quais 16 mil referem-se a regularizações de ligações ilegais. No acumulado de 2012, o montante foi de R\$ 136,9 milhões para atender à adição de 162,2 mil novos clientes, dos quais 43,6 mil estão relacionados a regularizações de ligações ilegais.
- R\$ 55,8 milhões no 3T12 em expansão do sistema com o objetivo de melhorar a qualidade de fornecimento de energia. No acumulado de 2012, foram investidos R\$ 153,9 milhões, com destaque para um aumento de capacidade instalada de 137MVA, como resultado da desativação da transformação 88/3,8kV da ETD Ibirapuera (-36MVA), recapacitação da ETD Campestre (-27MVA), ampliação da ETD Santo Amaro (40 MVA), Cotia (40MVA) e energização da nova ETD Ermelino Matarazzo (120MVA). Além disso, foram concluídas as obras do Ramal Aéreo da Estação Peri 1-2, LTA Piratininga - Bandeirantes 1-2 e LTA Piratininga - Bandeirantes 3-4. Essas melhorias beneficiarão uma população de cerca de 1,6 milhão de habitantes.

Manutenção - Os objetivos desse tipo de investimento são: reduzir as ocorrências na rede elétrica aumentando a continuidade do fornecimento, evitando acidentes com a população e modernizando a rede de distribuição.

- No 3T12, foram investidos R\$ 53,1 milhões em projetos de: (i) manutenção preventiva e corretiva em 670 km da rede; (ii) automação do sistema elétrico com a instalação de 551 religadores automáticos; e (iii) modernização da subtransmissão e redes subterrâneas.
- O total investido no acumulado de 2012 foi de R\$ 141,3 milhões, principalmente na manutenção de 1.607 km da rede, além da instalação de 1.016 religadores automáticos.

Recuperação de Perdas - Visa à diminuição das ligações ilegais, recuperação de receita e diminuição do risco para os clientes regulares da distribuidora.

- O montante investido no 3T12 em recuperação de perdas totalizou R\$ 8,1 milhões. Foram realizadas 15,9 mil regularizações de ligações ilegais e corrigidas 15,5 mil irregularidades, por meio de inspeções de fraude e anomalias. Além disso, foram substituídos 45,9 mil medidores obsoletos.
- No acumulado de 2012, foram investidos R\$ 20,4 milhões destinados à realização de 43,6 mil regularizações de ligações ilegais, correção de 31,6 mil irregularidades e substituição de 88,3 mil medidores obsoletos.

Outros

- No 3T12, foram destinados R\$ 35,8 milhões à criação da Nova Sede Administrativa e aquisição de veículos voltados, principalmente, ao suporte a empreiteiras para realização de obras de expansão da rede e a turmas de podas e emergência.
- No acumulado de 2012, foram destinados R\$ 69,5 milhões à criação da Nova Sede Administrativa e aquisição veículos voltados, principalmente, ao suporte a empreiteiras para realização de obras de expansão da rede e a turmas de podas e emergência.

Plano de Ação 2011-2012

Visando à constante evolução dos serviços prestados aos seus clientes, conforme anunciado pela Companhia no decorrer de 2011, já foram investidos, entre 2011 e 2012, R\$ 186,8 milhões. Ao final do plano a Companhia terá investido R\$ 242,2 milhões, entre 2011 e 2012, para a realização de melhorias no atendimento ao cliente e novas equipes de eletricitas para manutenção, poda, construção e atendimentos de emergência. Deste total, R\$ 58,7 milhões referem-se a investimentos e R\$ 183,5 milhões a despesas operacionais.

Em 2011, foram investidos R\$ 37,4 milhões e incorridas despesas de R\$ 68,4 milhões. Já no 3T12, o total investido foi de R\$ 2,2 milhões, com despesas de R\$ 19,1 milhões. No acumulado de 2012, os investimentos totalizaram R\$ 12,1 milhões e as despesas R\$ 68,9 milhões. Esses recursos foram destinados para as seguintes atividades: inclusão de 120 novas turmas de emergência, capacitadas para realizar atendimentos em linha viva, totalizando 473 turmas durante todo o verão, época mais chuvosa do ano e com maior número de ocorrências. Após março de 2012, o número de turmas para atendimentos de emergência voltou a ser de 353;

- (i) ampliação de 38% na capacidade de *call center*;
- (ii) duplicação da capacidade de recebimento de SMS, atingindo 100 mil torpedos/dia;
- (iii) treinamento e início das atividades de 580 eletricitas de manutenção e construção;
- (iv) contratação de 30 eletricitas de podas, que iniciaram suas atividades em outubro de 2011;
- (v) ampliação da capacidade de atendimento do *call center* em 27 vezes, passando de 2 mil para 54 mil chamadas/hora;
- (vi) adição de 300 posições de *stand by* no *call center* para situações de emergência.

FLUXO DE CAIXA GERENCIAL

FLUXO DE CAIXA - R\$ Milhões	1T11	2T11	3T11	9M11	1T12	2T12	3T12	9M12
SALDO DE CAIXA INICIAL	1.664	1.748	1.043	1.664	1.390	1.946	1.083	1.390
Geração de caixa operacional	463	654	735	1.853	304	259	363	926
Investimentos	(197)	(156)	(190)	(543)	(191)	(182)	(205)	(578)
Despesa Financeira Líquida	(24)	(73)	(38)	(135)	(22)	(97)	(34)	(153)
Amortizações Líquidas	(15)	(66)	(213)	(294)	591	(66)	(217)	308
Despesas com Fundo de Pensão	(54)	(54)	(55)	(164)	(56)	(56)	(57)	(169)
Imposto de Renda	(81)	(107)	(113)	(301)	(62)	(113)	-	(175)
CAIXA LIVRE	93	197	125	415	564	(255)	(151)	159
Dividendos	(9)	(902)	(289)	(1.201)	(9)	(608)	(0)	(617)
SALDO DE CAIXA FINAL	1.748	1.043	878	878	1.946	1.083	932	932

O fluxo de caixa gerencial é um instrumento de gestão de caixa e, no caso da AES Eletropaulo, apresentará algumas diferenças em relação aos procedimentos contábeis que adotam regime de competência para fins de reconhecimento de resultados.

A distinção entre os regimes de caixa e competência explica a diferença entre a geração de caixa operacional e o Ebitda Ajustado da Companhia.

Para um melhor entendimento das variações de geração de caixa operacional entre os períodos a seguir, as análises consideram a diferença entre os impactos no caixa da Companhia e os montantes homologados na tarifa de cada período.

Destaques do Fluxo de Caixa do 3T12 em comparação ao 3T11

- A menor geração de caixa operacional entre os períodos é explicada principalmente pelos fatores abaixo:
 - impacto negativo de R\$ 107,7 milhões da arrecadação devido à redução de 0,4% do mercado total e da aplicação do índice de revisão e reajuste tarifários (-3,25%) e redução de 0,2 ponto percentual da taxa de arrecadação na comparação entre os trimestres;
 - aumento de R\$ 120,6 milhões das despesas com compra de energia para revenda, em função do maior preço médio de aquisição entre os trimestres;
 - efeito negativo de R\$ 24,6 milhões com encargos de Conta de Consumo de Energia - CCC, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, Reserva Global de Reversão - RGR e encargos de transmissão entre os períodos;
 - aumento das despesas com PMSO, conforme descrito na página 16.
- Redução de R\$ 113,5 milhões do pagamento de imposto de renda no 3T12 em função do prejuízo fiscal apresentado no trimestre.
- Redução de R\$ 289,5 milhões referente à distribuição proventos em função de não ter havido distribuição de dividendos intermediários referentes ao 1S12.

Vale ressaltar que a Companhia apresentou no 3T12 a maior geração de caixa operacional de 2012.

A Companhia mantém suas aplicações em títulos públicos e CDBs com rentabilidade média de 102,8% do CDI no 3T12 contra 102,1% do CDI no 3T11.

Destaques do Fluxo de Caixa do 9M12 em comparação ao 9M11

- A menor geração de caixa operacional entre os períodos é explicada, principalmente, pelos seguintes fatores:

- (i) impacto positivo de R\$ 79,1 milhões referentes ao crescimento de 0,5% do mercado total e redução de 0,8 ponto percentual da taxa de arrecadação na comparação entre os períodos;
 - (ii) aumento de R\$ 259,6 milhões das despesas com compra de energia para revenda, refletindo o maior preço médio de aquisição na comparação entre os períodos;
 - (iii) aumento de R\$ 172,7 milhões com encargos de Conta de Consumo de Energia - CCC, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, Reserva Global de Reversão - RGR e encargos de transmissão entre os períodos;
 - (iv) aumento das despesas com PMSO, conforme mencionado na página 16.
- Variação positiva das amortizações líquidas, principalmente em função da 14ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 600 milhões, cuja liquidação financeira ocorreu em janeiro de 2012.
 - Redução de R\$ 126,8 milhões do pagamento de imposto de renda devido, principalmente, ao prejuízo fiscal apresentado no 3T12.
 - Redução de R\$ 584,2 milhões referente à distribuição de proventos devido ao fato de não ter havido distribuição de dividendos intermediários referentes ao 1S12 e à redução do pay-out para 50% em 2011, o que reduziu o montante distribuído no 1S12.

A Companhia mantém suas aplicações em títulos públicos e CDBs com rentabilidade média de 102,5% do CDI no 9M12 contra 102,3% do CDI no 9M11.

Devido à postergação da revisão tarifária da Companhia, que deveria ter ocorrido no dia 04 de julho de 2011, a geração de caixa operacional foi impactado positivamente R\$ 526,6 milhões nos 9M12 e em R\$ 263,3 milhões nos 9M11.

MERCADO DE CAPITAIS

As ações da AES Eletropaulo estão listadas no Nível II de Governança Corporativa da BM&FBovespa sob os códigos ELPL3 (ordinárias) e ELPL4 (preferenciais). A Companhia também possui ADRs negociadas no mercado de balcão norte-americano que, a partir de janeiro de 2012, migraram para as regras do nível I sob os códigos "EPUMY". A migração foi feita com o objetivo de ampliar as formas de acesso dos investidores às ADRs, principalmente aqueles domiciliados no exterior, bem como ampliar a liquidez dos papéis.

As ações preferenciais da Companhia integram o Ibovespa, índice que retrata o comportamento dos principais papéis negociados na BM&FBovespa; o IBX-50, que mede o desempenho das ações mais negociadas na bolsa; o Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (Itag), que mede o desempenho de uma carteira teórica composta por ações de empresas que oferecem melhores condições aos acionistas minoritários no caso de alienação do controle; e o Índice de Energia Elétrica (IEE), que tem como objetivo medir o desempenho do setor elétrico.

A Companhia também faz parte da carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), que reúne as empresas que apresentam os melhores desempenhos sob o aspecto da sustentabilidade. A AES Eletropaulo integra esse índice desde a sua criação, refletindo o comprometimento com a responsabilidade social e sustentabilidade empresarial.

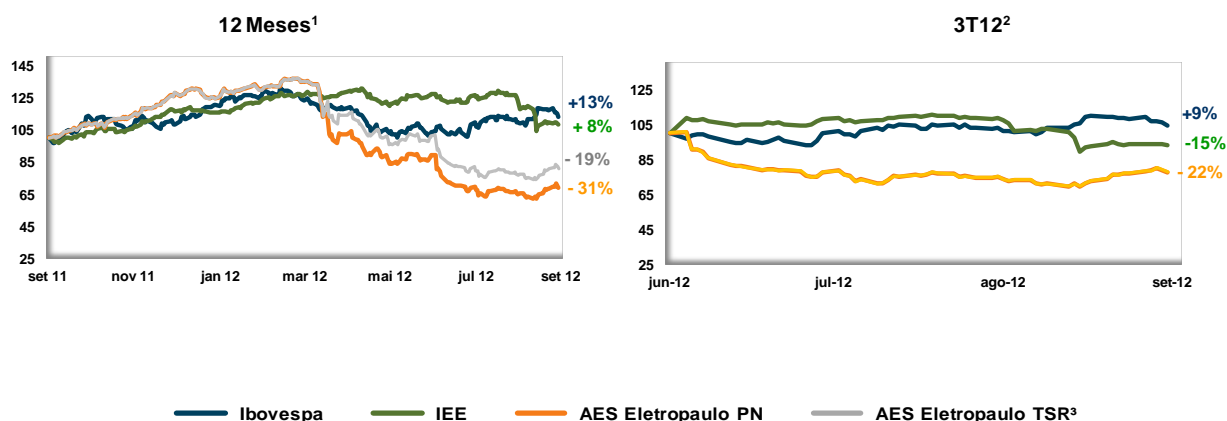
A partir de janeiro de 2011, a Companhia passou a integrar o Índice Carbono Eficiente (ICO2), desenvolvido pela BM&FBovespa em conjunto com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que inclui em sua carteira somente as companhias que adotam práticas transparentes com relação às emissões de gases de efeito estufa. A AES Eletropaulo monitora e afere suas emissões de gases de efeito estufa de maneira transparente, reforçando seu compromisso com as questões climáticas e de meio ambiente.

DESEMPENHO DA AÇÃO

As ações preferenciais da AES Eletropaulo encerraram o mês de setembro cotadas a R\$ 19,70, uma desvalorização de 22,3% no 3T12. Esse desempenho reflete a divulgação dos valores finais da revisão e reajuste tarifário, em 2 e 3 de julho respectivamente, resultando em um efeito médio a ser percebido pelo consumidor de redução na tarifa em 2,26%. No mesmo período, o Ibovespa apresentou valorização de 8,9% enquanto o IEE apresentou queda de 15,0%. Durante o 3T12, a ação ELPL4 foi negociada em todos os pregões da BM&FBovespa. Os dados de liquidez mostram a realização de 15.734 negócios, envolvendo cerca de 78,5 milhões de ações preferenciais, com volume médio diário de R\$ 24,4 milhões no 3T12, no mercado à vista.

AES Eletropaulo x Ibovespa x IEE

Base 100



1 - Índice - 30/09/2011 = 100 2- Índice - 29/06/2012 = 100

3 - TSR - Total Shareholder Return - Considera a variação das cotações e os dividendos declarados no período

BASE ACIONÁRIA

Acionista	ON	%	PN	%	Total	%
AES ELPA	51.825.798	77,8%	0	0,0%	51.825.798	31,0%
União Federal	13.342.384	20,0%	258	0,0%	13.342.642	8,0%
Cia Brasileira de Energia	0	0,0%	7.434.390	7,4%	7.434.390	4,4%
BNDES	1	0,0%	568.976	0,6%	568.977	0,3%
Outros (Free Float)	1.436.634	2,2%	92.735.446	92,1%	94.172.080	56,3%
Total	66.604.817	100,0%	100.739.070	100,0%	167.343.887	100,0%

Em 30/09/2012

Clarissa Sadock
Diretora de Relações com Investidores
clarissa.sadock@aes.com
Tel: (11) 2195-7048

Gerente de RI	e-mail	Telefone
Roberta Tenenbaum	roberta.tenenbaum@aes.com	(11) 2195-7022
Analistas de RI	e-mail	Telefone
André Amorim	andre.amorim@aes.com	(11) 2195-2428
Nathalia Boiseaux	nathalia.boiseaux@aes.com	(11) 2195-2344
Thiago Tsukassa Tsuda	thiago.tsukassa@aes.com	(11) 2195-2353

www.aeseletropaulo.com.br/ri

ri.aeseletropaulo@aes.com

A AES ELETROPAULO CONVIDA PARA:

Teleconferência / Webcast

APRESENTAÇÃO:

Britaldo Soares - Diretor-Presidente

Rinaldo Pecchio - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

DATA: Quarta-feira, 7 de novembro de 2012

HORÁRIO: 14h30 (BR) / 11h30 (EST)

CONEXÃO:

- **Brasil:** (+55 11) 4688-6361
- **EUA:** (+1) 888-700-0802
- **Outros países:** (+1) 786-924-6977

TRADUÇÃO SIMULTÂNEA PARA O INGLÊS.

CÓDIGO DA CONFERÊNCIA: AES Eletropaulo

REPLAY: (+55 11) 4688-6312

CÓDIGO: 2151797#

DISPONIBILIDADE: 07.11.2012 a 13.11.2012

Os slides da apresentação estarão disponíveis para visualização e download no website www.aeseletropaulo.com.br/rj.

O áudio da teleconferência será transmitido ao vivo pela internet, no mesmo site, onde ficará disponível após o evento.

ANEXOS

Consumo Cativos - GWh	3T11	3T12	9M11	9M12	Var (%) 3T12 x 3T11	Var (%) 9M12 x 9M11
RESIDENCIAL	4.257,4	4.331,1	12.308,6	12.775,4	1,7%	3,8%
INDUSTRIAL	1.530,7	1.489,0	4.465,0	4.338,2	-2,7%	-2,8%
COMERCIAL	2.810,9	2.810,0	8.657,2	8.817,4	0,0%	1,9%
DEMAIS	708,1	730,5	2.092,3	2.184,0	3,2%	4,4%
TOTAL DE CONSUMO FATURADO	9.307,2	9.360,6	27.523,1	28.115,1	0,6%	2,2%
CONSUMO PRÓPRIO	11,4	10,7	34,2	33,2	-6,2%	-2,9%
Total	9.318,5	9.371,3	27.557,3	28.148,3	0,6%	2,1%
Faturamento - R\$ Milhões						
RESIDENCIAL	1.329,3	1.321,6	3.832,5	3.974,9	-0,6%	3,7%
INDUSTRIAL	431,1	399,1	1.233,0	1.187,8	-7,4%	-3,7%
COMERCIAL	840,4	809,1	2.560,0	2.566,4	-3,7%	0,3%
DEMAIS	173,6	172,6	509,0	523,8	-0,6%	2,9%
Total	2.774,4	2.702,4	8.134,6	8.253,0	-2,6%	1,5%

Consumo Clientes Livres - GWh	3T11	3T12	9M11	9M12	Var (%) 3T12 x 3T11	Var (%) 9M12 x 9M11
INDUSTRIAL	1.514,3	1.268,1	4.445,7	3.842,1	-16,3%	-13,6%
COMERCIAL	251,8	404,7	811,9	1.081,3	60,7%	33,2%
DEMAIS	330,4	324,8	988,3	996,2	-1,7%	0,8%
Total	2.096,6	1.997,6	6.245,8	5.919,6	-4,7%	-5,2%

Consumo Total (Incluindo Clientes Livres) - GWh *	3T11	3T12	9M11	9M12	Var (%) 3T12 x 3T11	Var (%) 9M12 x 9M11
RESIDENCIAL	4.257,4	4.331,1	12.308,6	12.775,4	1,7%	3,8%
INDUSTRIAL	3.045,0	2.757,2	8.910,7	8.180,3	-9,5%	-8,2%
COMERCIAL	3.062,8	3.214,7	9.469,0	9.898,8	5,0%	4,5%
DEMAIS	1.038,5	1.055,3	3.080,6	3.180,2	1,6%	3,2%
Total	11.403,7	11.358,2	33.768,9	34.034,7	-0,4%	0,8%

* não inclui consumo próprio

82%

Consumo Cativos - GWh	3T11	3T12	9M11	9M11	Var (%) 3T12 x 3T11	Var (%) 9M12 x 9M11
RESIDENCIAL	4.257,4	4.331,1	12.308,6	12.775,4	1,7%	3,8%
INDUSTRIAL	1.530,7	1.489,0	4.465,0	4.338,2	-2,7%	-2,8%
COMERCIAL	2.810,9	2.810,0	8.657,2	8.817,4	0,0%	1,9%
DEMAIS	708,1	730,5	2.092,3	2.184,0	3,2%	4,4%
TOTAL DE CONSUMO FATURADO	9.307,2	9.360,6	27.523,1	28.115,1	0,6%	2,2%
CLIENTES LIVRES	2.096,6	1.997,6	6.245,8	5.919,6	-4,7%	-5,2%
Total	11.403,7	11.358,2	33.768,9	34.034,7	-0,4%	0,8%

TUSD	1T11	3T12	9M11	9M12	Var (%) 3T12 x 3T11	Var (%) 9M12 x 9M11
Receita Líquida - R\$ Milhões	176,4	159,1	533,4	535,4	-10,2%	0,4%
GWh	2.040,3	1.997,6	6.245,8	6.244,1	-4,7%	0,0%
Tarifa (R\$/GWh)	86,5	79,7	85,4	85,7	-5,8%	0,4%

TARIFA MÉDIA - R\$/MWh	1T11	3T12	9M11	9M12	Var (%) 3T12 x 3T11	Var (%) 9M12 x 9M11
RESIDENCIAL	310,9	305,1	311,4	311,1	-2,3%	-0,1%
INDUSTRIAL	268,8	268,1	276,2	273,8	-4,8%	-0,8%
COMERCIAL	292,2	287,9	295,7	291,1	-3,7%	-1,6%
DEMAIS	239,5	236,3	243,3	239,8	-3,6%	-1,4%
TOTAL	292,8	288,7	295,6	293,5	-3,2%	-0,7%

Demonstração dos Resultados	3T11	3T12	9M11	9M12	Var (%) 3T12 x 3T11	Var (%) 9M12 x 9M11
Receita Bruta	3.936,8	3.756,5	11.402,6	11.429,0	-4,6%	0,2%
Deduções à Receita Operacional	(1.380,1)	(1.297,9)	(4.031,5)	(4.046,4)	-6,0%	0,4%
Receita Líquida	2.556,7	2.458,6	7.371,1	7.382,6	-3,8%	0,2%
Despesas Operacionais	(1.706,1)	(2.106,5)	(5.112,8)	(6.068,1)	23,5%	18,7%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.177,7)	(1.371,9)	(3.322,4)	(3.903,2)	16,5%	17,5%
Encargos Uso Rede Elétrica e Transmissão	(342,2)	(376,9)	(897,3)	(1.032,3)	10,1%	15,1%
Pessoal + Entidade de Previdência Privada	(168,6)	(226,2)	(475,2)	(600,4)	34,1%	26,4%
Materiais	(11,3)	(17,0)	(36,0)	(43,7)	50,3%	21,3%
Serviços de Terceiros	(107,0)	(117,8)	(331,7)	(350,0)	10,0%	5,5%
Outros	100,8	3,2	(50,1)	(138,5)	-96,8%	176,2%
Outras Receitas e Despesas	(208,7)	(243,7)	(542,2)	(644,3)	16,7%	18,8%
EBITDA	641,8	108,4	1.716,2	670,1	-83,1%	-61,0%
Desp. Passivo - FCESP	26,6	38,6	80,0	120,2	45,2%	50,2%
EBITDA Ajustado	668,4	147,0	1.796,1	790,3	-78,0%	-56,0%
Depreciação e Amortização	(125,7)	(93,8)	(377,4)	(338,2)	-25,4%	-10,4%
Receitas Financeiras	116,7	66,5	254,8	196,4	-43,0%	-22,9%
Despesas Financeiras	(105,8)	(84,8)	(308,5)	(299,8)	-19,8%	-2,8%
Var. Cambial/Mont. (Liq.)	0,9	25,8	54,2	53,3	2710,9%	-1,7%
Resultado Financeiro	11,8	7,5	0,5	(50,2)	-36,1%	-10725,0%
Resultado antes da Tributação	527,9	22,1	1.339,2	281,7	-95,8%	-79,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(179,7)	(8,4)	(453,7)	(101,1)	-95,3%	-77,7%
Lucro (prejuízo) Líquido	348,2	13,7	885,4	180,6	-96,1%	-79,6%

Receita Operacional Bruta - R\$ milhões	3T11	3T12	9M11	9M12	Var (%) 3T12 x 3T11	Var (%) 9M12 x 9M11
Residencial	1.703,9	1.689,3	4.898,8	5.074,3	-0,9%	3,6%
Comercial	1.023,7	985,8	3.118,3	3.126,4	-3,7%	0,3%
Industrial	527,0	486,7	1.507,0	1.448,4	-7,7%	-3,9%
Rural	0,9	0,9	2,7	2,7	0,4%	2,9%
Poder Público	107,1	102,3	316,3	316,8	-4,4%	0,2%
Iluminação Pública	46,0	47,1	132,5	140,0	2,4%	5,7%
Serviço Público	45,9	48,8	134,4	143,5	6,2%	6,8%
Total de Fornecimento	3.454,7	3.361,0	10.110,0	10.252,2	-2,7%	1,4%
Outros						
Energia no Curto Prazo	8,5	33,4	27,4	89,5	292,1%	226,1%
Não Faturado	(10,4)	(26,9)	6,8	(59,2)	157,5%	N.D.
Dif. de alíquota - PIS/Cofins - Consumidor	30,8	(15,3)	(6,0)	(11,1)	N.D.	84,5%
Rec. Disponibilidade da Rede Elétrica (TUSD)	210,8	176,9	630,5	586,2	-16,1%	-7,0%
Receita de Ultrapassagem de Demanda Excedente Reativa	-	(27,1)	-	(88,4)	N.D.	N.D.
Outros	242,5	254,5	633,9	657,6	5,0%	3,7%
Total Outros	482,1	395,5	1.292,6	1.176,7	-18,0%	-9,0%
Total Receita Bruta	3.936,8	3.756,5	11.402,6	11.429,0	-4,6%	0,2%
Deduções do Resultado Bruto						
ICMS por classe						
Residencial	(374,6)	(367,7)	(1.066,3)	(1.099,4)	-1,8%	3,1%
Comercial	(183,3)	(176,7)	(558,3)	(560,0)	-3,6%	0,3%
Industrial	(95,9)	(87,6)	(274,0)	(260,6)	-8,7%	-4,9%
Rural	(0,0)	(0,0)	(0,1)	(0,1)	1,4%	9,3%
Poder Público	(10,8)	(10,3)	(31,4)	(31,9)	-4,3%	1,6%
Iluminação Pública	(8,2)	(8,4)	(23,7)	(24,5)	2,7%	3,6%
Serviço Público	(7,4)	(7,8)	(21,6)	(22,8)	5,4%	5,4%
Outros	(35,6)	(31,9)	(107,3)	(102,2)	-10,4%	-4,8%
Total ICMS por classe	(715,8)	(690,5)	(2.082,7)	(2.101,4)	-3,5%	0,9%
Outras						
Encargos do Consumidor - ECE	(0,0)	(0,0)	(0,0)	(0,0)	86,6%	4,1%
Encargos do Consumidor - RGR	(16,3)	(1,8)	(50,8)	(36,0)	-88,9%	-29,2%
Encargos do Consumidor - PROINFA	(11,2)	(10,9)	(33,8)	(31,4)	-3,0%	-6,9%
Encargos do Consumidor - Lei nº. 12.111	(6,8)	(6,8)	(19,7)	(16,7)	-0,9%	-15,3%
Encargos Consumidor - Eficiência Energética, P&D, FNDCT e EPE	(22,7)	(22,5)	(65,7)	(55,6)	-0,9%	-15,3%
Encargos Consumidor - CCC	(158,5)	(111,9)	(457,1)	(438,0)	-29,4%	-4,2%
Encargos Consumidor - CDE	(110,4)	(123,5)	(331,3)	(370,4)	11,8%	11,8%
Outros (PIS, Cofins e ISS)	(338,3)	(330,1)	(990,4)	(996,9)	-2,4%	0,7%
Total Outras	(664,3)	(607,5)	(1.948,8)	(1.944,9)	-8,6%	-0,2%
Receita Líquida	2.556,7	2.458,6	7.371,1	7.382,6	-3,8%	0,2%

Energia Elétrica Comprada para Revenda - R\$ Milhões	3T11	3T12	9M11	9M12	Var (%) 3T12 x 3T11	Var (%) 9M12 x 9M11
AES Tietê Contrato Bilateral	521,6	526,5	1.326,2	1.511,6	1,0%	14,0%
ITAIPU	222,9	272,1	652,8	766,5	22,1%	17,4%
Bilaterais	15,1	3,9	24,8	5,7	-74,0%	-77,2%
Curto Prazo / Disponibilidade	(7,5)	(0,3)	(5,7)	0,3	-96,5%	N.D.
Leilão - CCEAR	482,8	647,4	1.475,7	1.810,6	34,1%	22,7%
PROINFA	39,6	52,5	135,8	158,9	32,5%	17,0%
ICMS sobre Perdas Comerciais	12,3	3,3	38,2	3,6	-73,6%	-90,6%
(-) Créditos - PIS/COFINS	(109,1)	(133,5)	(325,5)	(353,9)	22,4%	8,8%
Total	1.177,7	1.371,9	3.322,4	3.903,2	16,5%	17,5%

Encargos Uso Sistema de Transmissão e Distribuição - R\$ Milhões	3T11	3T12	9M11	9M12	Var (%) 3T12 x 3T11	Var (%) 9M12 x 9M11
Rede Básica e ONS	250,8	270,2	683,4	799,7	7,7%	17,0%
Encargos do Serviço do Sistema - ESS	73,1	92,8	164,2	186,3	27,0%	13,5%
Transporte Itaipu / Outros	21,5	23,2	61,5	65,8	7,8%	7,0%
CUSD	5,9	3,3	17,6	8,9	-44,0%	-49,5%
Conexão	19,4	23,3	54,7	64,0	19,9%	17,1%
(-) Créditos - PIS/COFINS	(28,5)	(36,0)	(84,1)	(92,4)	26,0%	9,9%
Total	342,2	376,9	897,3	1.032,3	10,1%	15,1%

Pessoal - em R\$ milhões	3T11	3T12	9M11	9M12	Var (%) 3T12 x 3T11	Var (%) 9M12 x 9M11
Pessoal e Encargos	116,9	159,5	335,5	411,4	36,4%	22,6%
Entidade de Previdência	28,4	40,7	85,1	126,1	43,6%	48,1%
Acordos e Condenações Trabalhistas	23,3	26,0	54,6	62,9	11,5%	15,2%
Total	168,6	226,2	475,2	600,4	34,1%	26,4%

Outras Despesas Operacionais - em R\$ milhões	3T11	3T12	9M11	9M12	Var (%) 3T12 x 3T11	Var (%) 9M12 x 9M11
PCLD e Baixas	(66,3)	(36,8)	(17,1)	36,9	44,5%	-315,7%
Provisão (Reversão) para contingências	(93,6)	(3,0)	(67,6)	(22,7)	96,8%	-66,4%
Condenações e Acordos Judiciais	19,3	7,0	26,8	26,1	63,9%	-2,7%
Demais *	39,9	29,5	108,1	98,2	25,9%	-9,2%
Total	(100,8)	(3,2)	50,1	138,5	96,8%	176,2%

* Arrendamentos e aluguéis, Indenizações, Perdas e Danos, Publicidade, Tarifas Bancárias, IPTU etc

Resultado Financeiro - R\$ milhões	3T11	3T12	9M11	9M12	Var (%) 3T12 x 3T11	Var (%) 9M12 x 9M11
Receitas financeiras:						
Renda de aplicações financeiras	35,0	20,1	116,9	95,5	-42,5%	-18,3%
Selic - FINSOCIAL	54,3	-	54,3	-	-100,0%	-100,0%
Acréscimo moratório - consumidores	21,5	22,2	63,3	63,5	3,1%	0,4%
Multas	1,2	1,1	5,2	4,5	-9,4%	-14,8%
Outras	4,7	23,1	15,0	32,9	395,5%	118,9%
Subtotal	116,7	66,5	254,8	196,4	-43,0%	-22,9%
Despesas financeiras:						
Encargo de dívidas - Empréstimos moeda nacional	(93,3)	(72,8)	(266,9)	(238,7)	-22,0%	-10,6%
Encargo de dívidas - Empréstimos moeda estrangeira	0,1	0,1	0,1	0,2	17,4%	16,5%
(-) Transferido para o custo das imobilizações em curso	7,8	1,2	26,3	5,9	-84,5%	-77,5%
Multas Moratórias, Compensatórias e Sancionatórias	(13,7)	(7,2)	(44,9)	(44,7)	-47,6%	-0,5%
Outras	(6,6)	(6,1)	(23,9)	(22,6)	-7,3%	-5,7%
Subtotal	(105,8)	(84,8)	(308,5)	(299,8)	-19,8%	-2,8%
Variação monetária e cambial líquida:						
Moeda Nacional	23,5	25,5	72,6	65,1	8,2%	-10,3%
Moeda Estrangeira	(22,6)	0,4	(18,3)	(11,8)	N.D.	-35,8%
Subtotal	0,9	25,8	54,2	53,3	2710,9%	-1,7%
Total Despesa Financeira	(104,9)	(59,0)	(254,3)	(246,5)	-43,8%	-3,1%
Total Resultado Financeiro	11,8	7,5	0,5	(50,2)	-36,1%	N.D.

BALANÇO		
ATIVO (R\$ milhões)	30/09/2011	30/09/2012
CIRCULANTE	3.035,3	3.094,7
Disponibilidades	878,1	932,1
Contas a Receber	1.760,7	1.810,4
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(359,0)	(293,6)
Tributos e Contribuições Sociais	529,3	427,2
Estoques	55,1	64,8
Outros Créditos	171,1	153,8
NÃO-CIRCULANTE	7.571,7	7.524,5
Tributos e Contribuições Sociais	100,6	48,9
Contas a Receber	100,6	83,8
Provisão para Devedores Duvidosos	(57,0)	(69,4)
Ativo Financeiro de concessão	1.012,5	1.064,8
Outros Créditos	540,9	599,3
Investimentos	9,5	9,5
Imobilizado	11,0	7,0
Intangível	5.853,5	5.780,6
TOTAL DO ATIVO	10.607,0	10.619,3
PASSIVO (R\$ milhões)	30/09/2011	30/09/2012
CIRCULANTE	2.833,4	2.560,8
Fornecedores	1.001,4	1.196,7
Empréstimos, Financiamentos e Debentures	-	-
Moeda Nacional	250,8	298,4
Moeda Estrangeira	0,0	0,0
Fundação CESP	0,3	0,3
Impostos, Taxas e Contribuições	948,9	337,5
Folha de Pagamento	2,4	2,8
Provisões	117,0	159,3
Dividendos e JSCP Declarados	26,7	21,8
Outros	485,7	544,1
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	4.263,6	4.374,6
Impostos, Taxas e Contribuições	186,6	207,0
Empréstimos, Financiamentos e Debentures	-	-
Moeda Nacional	2.184,5	2.488,2
Moeda Estrangeira	0,0	-
Fundação CESP	1.267,8	1.160,8
Provisões	357,3	332,0
Outros	267,3	186,6
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.510,0	3.683,8
Capital Social Realizado	1.057,6	1.057,6
Reservas de Capital	16,3	17,1
Reservas de Reavaliação	1.558,8	1.383,6
Reserva legal	211,5	211,5
Reserva Especial	-	765,0
Lucro do Exercício	665,8	248,9
TOTAL DO PASSIVO	10.607,0	10.619,3

Debt			
R\$ Milhões	Short Term	Long Term	Total
Lei 7976/89	0,0	0,0	0,0
Resolução 96/93 (Bib's)	0,0	0,0	0,0
Subtotal	0,0	0,0	0,0
	Short Term	Long Term	Total
RELUZ	0,9	1,5	2,4
DEBÊNTURES - 9ª Emissão	2,5	240,0	242,5
DEBÊNTURES - 10ª Emissão	200,6	-1,4	199,1
DEBÊNTURES - 11ª Emissão	8,1	199,2	207,3
DEBÊNTURES - 12ª Emissão	18,6	398,6	417,2
DEBÊNTURES - 13ª Emissão	34,4	374,4	408,8
DEBÊNTURES - 14ª Emissão	19,2	595,5	614,7
CCB - Citibank	55,2	98,4	153,6
CCB - Bradesco	49,4	560,0	609,4
BNDES - Finame	0,4	4,2	4,6
FINEP	0,0	6,9	6,9
Outros	0,3	0,0	0,3
Leasing	5,5	2,6	8,1
Subvenções Governamentais	-0,2	-1,4	-1,6
Subtotal	394,8	2.478,5	2.873,3
Fundação Cesp - Confissão de Dívida	0,0	605,4	605,4
Fundação Cesp - Ajuste de Reserva Matemática	0,0	555,6	555,6
Fundação Cesp - Custo Atuarial	0,0	0,0	0,0
Total Fundação CESP	0,0	1.161,0	1.161,0
Total com Fundação CESP	394,8	3.639,6	4.034,4

R\$ milhões

Dívida	4.026,4
Disponibilidades*	932,1
Dívida Líquida	3.094,3
Leasing	8,1
Dívida Líquida sem Leasing	3.086,2

* Caixa + Títulos e Valores Mobiliários

Ativos e Passivos Regulatórios				
Demonstração dos Resultados	3T11	3T12	9M11	9M12
Receita Líquida	241,8	(45,1)	383,6	821,0
Despesas Operacionais	(143,9)	(17,8)	(51,3)	(409,1)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(86,3)	0,4	3,1	(304,3)
Encargos Uso Rede Elétrica e Transmissão	(57,6)	(18,2)	(54,4)	(104,7)
EBITDA	97,9	(62,9)	332,3	411,9
Receitas Financeiras	(1,5)	(6,1)	(7,7)	(20,1)
Var. Cambial/Monetária (Liq.)	(17,1)	31,4	(0,4)	46,9
Resultado Financeiro	(18,6)	25,3	(8,1)	26,7
Resultado antes dos Tributos	79,2	(37,6)	324,2	438,7
Lucro (prejuízo) Líquido	79,2	(37,6)	324,2	438,7

Ativos e Passivos Regulatórios			
ATIVO (R\$ mil)	04.06.2011 à 04.06.2012	04.06.2012 à 04.06.2013	Total
CIRCULANTE	(279.164)	(75.368)	(354.532)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(20.052)	(2.322)	(22.374)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	(5.838)	(5.838)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	(24.869)	(1.424)	(26.293)
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	(5.518)	(5.518)
Transporte de energia - Itaipu	(40)	(14)	(54)
Transporte de energia pela rede básica	(3.268)	(140)	(3.408)
Compra de energia elétrica	(157.309)	(54.809)	(212.118)
Proinfa	(19.909)	(104)	(20.013)
Outros componentes financeiros	(650)	-	(650)
Exposição CCEAR entre Submercados	-	(1.814)	(1.814)
Reserva Global de Reversão RGR	-	(3.385)	(3.385)
Descontos Água/Esgoto/Saneamento - Despacho nº 3629/11	(3.108)	-	(3.108)
Sobrecontratação Energia - RN ANEEL 305/2008	(49.959)	-	(49.959)
NÃO-CIRCULANTE	-	(235.905)	(235.905)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	(6.967)	(6.967)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	(17.513)	(17.513)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	-	(4.273)	(4.273)
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	(26.355)	(26.355)
Transporte de energia - Itaipu	-	(42)	(42)
Transporte de energia pela rede básica	-	(420)	(420)
Compra de energia elétrica	-	(164.428)	(164.428)
Proinfa	-	(311)	(311)
Outros componentes financeiros	-	(5.441)	(5.441)
Reserva Global de Reversão RGR	-	(10.155)	(10.155)
TOTAL DO ATIVO	(279.164)	(311.273)	(590.437)
PASSIVO (R\$ mil)	04.06.2011 à 04.06.2012	04.06.2012 à 04.06.2013	Total
CIRCULANTE	350.083	23.129	373.212
Conta de Consumo de Combustível - CCC	3.479	-	3.479
Energia Itaipu - custo/variação cambial	166.030	15.777	181.807
Encargos do serviço do sistema - ESS	8.605	-	8.605
Exposição CCEAR entre Submercados	3.205	-	3.205
Postergação Revisão Tarifária 2011 - Fator Xe	36.186	-	36.186
Efeito Neutralidade	32.092	(6.982)	25.110
Sobrecontratação Energia - RN ANEEL 305/2008	-	9.839	9.839
Subsídio Baixa Renda	11.040	-	11.040
Reserva Global de Reversão RGR	-	4.495	4.495
Postergação Revisão Tarifária 2011	89.446	-	89.446
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.047.227	100.133	1.147.360
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	9.800	9.800
Energia Itaipu - custo/variação cambial	-	47.332	47.332
Sobrecontratação Energia - RN ANEEL 305/2008	-	29.517	29.517
Postergação Revisão Tarifária 2011 - Fator Xe	63.326	-	63.326
Reserva Global de Reversão RGR	-	13.484	13.484
Postergação Revisão Tarifária 2011	983.901	-	983.901
TOTAL DO PASSIVO	1.397.310	123.262	1.520.572
TOTAL GERAL - Líquido	1.118.146	(188.011)	930.135

GLOSSÁRIO

ACL - Ambiente de Contratação Livre. Segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, objeto de contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos.

ACR - Ambiente de Contratação Regulada. Segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica entre agentes vendedores e agentes de distribuição. As operações são precedidas de licitação, ressalvados os casos previstos em lei, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos.

ALTA TENSÃO - Unidade Consumidora atendida em tensão nominal igual ou superior a 69kV.

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica: autarquia sob regime especial, que tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, zelando pela qualidade do serviço prestado, pelo trato isonômico dispensado aos usuários e pelo controle da razoabilidade das tarifas cobradas aos consumidores, preservando, sempre, a viabilidade econômica e financeira dos agentes e da indústria.

BAIXA TENSÃO - Unidade Consumidora atendida com tensão nominal igual ou inferior a 1kV.

CAT - Coordenadoria da Administração Tributária. Área pertencente à Secretaria da Fazenda do Governo do Estado de São Paulo.

CBEE - Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial.

CCC - Conta de Consumo de Combustível. É um fundo cobrado de todos os consumidores e embutido na tarifa de energia elétrica. Seus recursos são destinados à geração termelétrica do sistema isolado (Região Norte), cuja fonte de calor é o óleo diesel ou outros derivados do petróleo. A CCC é gerida pela Eletrobrás. A necessidade do uso de combustíveis fósseis para geração termelétrica é determinada com base num planejamento feito pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

CDE - Conta de Desenvolvimento Energético. É usada para promover a competitividade da energia elétrica produzida por usinas que utilizam fontes alternativas: eólicas, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, carvão mineral nacional, etc. Parte dos recursos provenientes da Conta também é repassada para a universalização da energia elétrica no País. O custo da CDE é rateado por todos os consumidores atendidos pelo Sistema Interligado. Os consumidores dos Sistemas Isolados estão isentos desse custo.

CDI - Certificado de Depósito Interbancário. Taxa de referência no mercado de juros, originada da média negociada entre instituições financeiras.

Clientes Livres - São consumidores de energia que, de acordo com a Lei 9.074, de julho de 1995, e Resolução Aneel 264, de 13 de agosto de 1998, podem optar por comprar energia de qualquer distribuidor/ comercializador, negociando livremente o preço e duração do fornecimento de energia elétrica, conforme legislação e regulamentos específicos.

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Tem como objetivo "o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza.

Cusd - Contrato de Uso do Sistema de Distribuição. Encargo decorrente da contratação de redes de distribuição de outras concessionárias para levar energia elétrica a consumidores dispostos em regiões cujo acesso se faz por meio da passagem por áreas de concessão alheias à da AES Eletropaulo, dependendo da disposição geográfica da rede.

Cust - Contrato do uso do Sistema de Transmissão, a ser assinado pela Unidade Suprida com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Contratação do acesso aos sistemas de transmissão não vinculados aos Contratos Iniciais.

CVA - Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A.

DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora. Indica o número de horas em média que um consumidor fica sem energia elétrica durante um período, geralmente mensal.

Energia Reativa - corresponde à energia armazenada nos enrolamentos de motores ou transformadores, sob a forma de energia magnética, produzindo um campo magnético que origina o fluxo magnético necessário ao funcionamento da máquina.

EAEE - Encargo de aquisição de energia emergencial.

ECE - Encargo de Energia Emergencial - Encargo pago pelos consumidores e repassado pelas distribuidoras para a CBEE para custear locação de plantas térmicas para serem utilizadas quando de eventual redução dos reservatórios hídricos.

EPE - Empresa de Pesquisa Energética.

ESS - Encargos de Serviços do Sistema - Valores monetários destinados à recuperação dos custos não cobertos pelo Preço do MAE, incorridos na manutenção da confiabilidade e da estabilidade do Sistema Elétrico Interligado Nacional para atendimento ao consumo.

Fator X - Mecanismo que permite repassar aos consumidores, por meio das tarifas, projeções de ganhos de produtividade das distribuidoras de energia elétrica.

FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora. Indica quantas vezes, em média, houve interrupção na unidade consumidora.

FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Gigawatt (GWh) - Unidade de energia equivalente a um bilhão de watts por hora.

IASC - Índice Aneel de Satisfação do Consumidor. É o resultado da pesquisa entre consumidores residenciais que a Agência realiza todo ano para avaliar o grau de satisfação com os serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica. A pesquisa abrange toda a área de concessão das 64 distribuidoras no País.

LTA - Linhas de Transmissão Aérea.

MÉDIA TENSÃO - Unidade Consumidora atendida em tensão nominal maior que 1 kV e menor que 69 kv.

ONS - Operador Nacional de Sistemas Elétricos. Pessoa jurídica de direito privado autorizada a executar as atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica nos sistemas interligados.

PLD - Preço de Liquidação das Diferenças. É utilizado para valorar a compra e a venda de energia no Mercado de Curto Prazo.

PMSP - Prefeitura Municipal de São Paulo.

PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

RGR - Reserva Global de Reversão, destinada à reversão, encampação e concessão de empréstimos às concessionárias para expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Instituída pela Lei nº. 5.655, de 20 de maio de 1971, deveria terminar em 2002, mas foi prorrogada até o ano de 2010, conforme estabelecido pela Lei nº. 10.438, de 26 de abril de 2002. É fixada em até 2,5% da quota anual de reversão que incidirá sobre os investimentos das concessionárias e permissionárias, observado o limite de 3% da receita anual.

RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária. Aumento tarifário, temporário, autorizado pelo art. 4º da Medida Provisória nº. 14, de 21 de dezembro de 2001, convertida na Lei nº. 10.438, de 2002.

SWAP - Operações que tem por finalidade reduzir a exposição à volatilidade da taxa de câmbio incidente sobre empréstimos e financiamentos denominados em dólar.

TFSEE - Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica pago para a Aneel.

TMA - Tempo Médio de Atendimento. Indicador destinado a medir o tempo médio entre uma reclamação de interrupção de energia elétrica e seu restabelecimento, no período de apuração considerado.

TUSD - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição. Estabelecida pela Aneel e reajustada anualmente.

VPA - Custos não-gerenciáveis.

VPB - Custos gerenciáveis.